



**Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais**

**Relatório Consolidado**

**Unidade: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE ALFENAS**

**Município: ALFENAS/MG**



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

## Relatório Consolidado



### I - DADOS BÁSICOS

**Finalidade:** Auditoria Especial

**Entidade Responsável:** SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE ALFENAS

**CPF/CNPJ:** 11.436.319/0001-80

**Município/UF:** ALFENAS-MG

**Unidade Visitada:** SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE ALFENAS

**CPF/CNPJ:** 11.436.319/0001-80

**Município/UF:** ALFENAS/MG

**Demandante:** Conselho de Saúde Municipal

**Forma:** Direta

**Objeto:** Assistência-Psiquiatria

**Abrangência:** janeiro/2018 a outubro/2021

**Gestão do Prestador:** Plena

**Fase(s):**

Tipo da Fase	Data Início	Data Término
Análítica	14/06/2021	14/09/2021
Execução - In loco	15/09/2021	19/10/2021
Relatório	20/10/2021	08/11/2021

**Tarefa Nº:** 132211

**Natureza da Entidade:** Municipal

### II - IDENTIFICAÇÃO DOS DIRIGENTES

**DEYV CABRAL DE ASSIS**

**Exercício:** Desde 02/01/2017

### III - INTRODUÇÃO

- Fator Desencadeante:

Trata-se demanda encaminhada via SEI: 1320.01.0026752/2021-53 pela Superintendente Regional de Saúde de Alfenas (26852256) em 16/03/2021 a esta Assessoria de Auditoria Assistencial (AUDSUS/MG) por meio do Memorando.SES/URSALF.nº 8/2021, no qual encaminha pedido da Comissão Interna Permanente de Saúde Mental, do Conselho Municipal de Saúde de Alfenas (26850246), acerca da instauração de auditoria SUS, para fins de apurar possíveis ilícitos praticados no exercício da atividade desenvolvida pelo Instituto de Medicina, Estudos e Desenvolvimento/IMED, pessoa jurídica de direito privado, qualificada como Organização Social, na qualidade de prestadora de serviços públicos descentralizados.

- Objetivo e escopo da Auditoria:

Auditoria nº 675



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



Realizar auditoria Especial na Secretaria Municipal de Alfenas a fim de: verificar se os princípios, políticas e regras do SUS no âmbito da Política de Saúde Mental estão sendo observados pela SMS, principalmente quanto à organização, funcionamento e resultados esperados; verificar as práticas dos serviços prestados pela O.S. nas unidades do CAPS e Residências Terapêuticas, analisando se estas estão de acordo com a legislação vigente; apurar a ocorrência de irregularidades no gerenciamento das unidades prestadoras de Atenção à Saúde Mental realizado pela OS contratada pela SMS.

#### -Caracterização do Objeto

Alfenas é município sede da macrorregião Sul e microrregião de Alfenas/Machado. Possui população estimada em 80.973 habitantes (IBGE 2021), para extensão territorial de 848,3 km<sup>2</sup>. É detentor da gestão de seus prestadores desde 1993 por meio da Portaria GM/MS nº 3061 de 25 de junho de 1993. O município possui 3 Ambulatórios, 1 Central de Medicamentos, 1 Central de Regulação, 1 Central de Vacinas, 1 Centro Odontológico, 1 Centro de Especialidades em DST/AIDS, 1 Clínica de Especialidades Médicas, 20 Programa Saúde da Família (PSF) e 2 Unidades Básicas de Saúde (UBS). Os atendimentos especializados em saúde mental são ofertados pelo Centro de Atendimento Psicossocial – CAPS Alfenas Tipo II - CNES 2171716- habilitado pelo Ministério da Saúde pela PT SAS 276 de 2014 com 7 SRTs Tipo II e 1 Centro de Convivência aberto à toda a comunidade.

Fontes: <http://cnes.datasus.gov.br/pages/estabelecimentos/consulta.jsp>;

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/alfenas/panorama>;

<https://www.saude.mg.gov.br/images/documentos/RESOLU%C3%87%C3%83O%20SES%206680.pdf>

#### IV - METODOLOGIA

##### - Fase Analítica:

A fase analítica da auditoria se desenvolveu no período de 14/06/2021 a 14/09/2021 por meio de:

- Ciência, análise da demanda referentes ao Processo nº 1320.01.0044388/2021-54;
- Elaboração dos Fatos e Questões de Auditoria;
- Validação da Tarefa relativa a SMS/Política de Saúde Mental com a Área Técnica de Saúde Mental/SES realizada por videoconferência.
- Elaboração das matrizes de Análise e Coleta realizadas por meio de videoconferências.- Consulta às legislações referentes com a temática SMS/Política de Saúde Mental;

##### - Fase Operativa:

No dia 15 /09 /2021 às 8h, realizou-se reunião para abertura dos trabalhos referentes à Auditoria Especial a ser realizada na SMS de Alfenas, executando todas as ações demandadas pelo planejamento na fase analítica.

- Nos dias 15 e 16/09/2021 – Os membros da equipe de auditoria realizaram análise da documentação disponibilizada in loco.
- No período de 20 a 23/09/2021 – Os membros da equipe de auditoria realizaram análise da documentação disponibilizada in loco.
- No dia 24 foram realizadas entrevistas com cuidadores e moradores dos Serviços Residenciais Terapêuticos no Centro de Convivência.
- No dia 27/09/2021 à tarde, foi realizada reunião de alinhamento dos trabalhos de campo, com a equipe Diretoria de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas da SES/MG (DSMAD/ SES/MG), que foi designada para acompanhar essa auditoria como apoio técnico.
- No dia e 28/09/2021 - Foram realizadas visitas no CAPS Alfenas e nos 5 Serviços Residenciais Terapêuticos (SRTs), em conjunto com as referências técnicas da Diretoria de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas da SES/MG (DSMAD/ SES/MG) e da Superintendência Regional de Saúde de Alfenas.
- No período de 29 de setembro a 18 de outubro foram realizadas as entrevistas com os profissionais do CAPS, usuários de saúde mental e com os vizinhos das SRTs.
- No dia 19/10/2021 às 9h, realizou-se reunião de encerramento dos trabalhos de auditoria, com a Secretária Municipal de Saúde, na presença da Coordenadora Municipal de Saúde Mental E.S.M., do Coordenador da Atenção Primária T.L.S, e Prefeito Municipal L.A.S. por meio da assinatura do Termo de Auditoria.

Auditoria nº 675



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



Limitações: Não Houve.

#### V - CONSTATAÇÕES

**Grupo:** Assistência Média e Alta Complexidade

**Constatação Nº:** 637545

**Subgrupo:** Assistência Ambulatorial

**Item:** Acesso/Atendimento à Demanda

**Constatação:** Ocorreu contratação irregular de vagas em comunidades terapêuticas.

**Evidência:** As comunidades terapêuticas são um dos pontos de atenção na Rede de Atenção Psicossocial na Atenção Residencial de Caráter Transitório. (Portaria de Consolidação nº 3, Anexo V, art. 9º). Conforme a Política Estadual de Saúde Mental Álcool e Outras Drogas de Minas Gerais (aprovada pela Deliberação CIB-SUS/MG nº 2.400 e instituída pela Resolução SES nº 5.401, ambas de 19/10/2016), as comunidades terapêuticas não são estabelecimentos de saúde propriamente e só podem pertencer à Rede de Atenção Psicossocial depois de instalada no território toda a Rede de Atenção Psicossocial (Resolução SES nº 5.401 de 19/10/2016, Anexo Único, Capítulo IV, subitem 1.1). No caso em avaliação, o município de Alfenas possui um CAPS com habilitação Tipo II, que atende pessoas com transtornos mentais graves e persistentes, podendo também atender pessoas com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas. Em 2012, o município de Alfenas assumiu o compromisso de implantação do CAPS AD II no 1º semestre de 2013 como um componente da RAPS, segundo consta no Anexo Único da pactuação da CIB-Micro/ Alfenas/Machado de 10/05/2012.

Conforme evidencia Ata de Pactuação e Atualização do Plano de Ação da Rede de Atenção Psicossocial - Ata nº 226/ 21 CIB Micro Alfenas, de 03/05/2021, não houve por parte do município a implementação da RAPS local com a implantação desse CAPS AD II para atendimento das demandas dos usuários de seu território, apesar desse serviço já ter sido pactuado em 2012. Tal circunstância demonstra que o município de Alfenas não possui a RAPS integralmente instalada e que, portanto, não poderia incluir na RAPS qualquer comunidade terapêutica. Contudo, ainda assim, em 08/03/2018 o município celebrou com a Comunidade Terapêutica Projeto Esperança em Cristo, CNES 9424644, o Termo de Colaboração nº 18/2018. Conforme a Cláusula Primeira do instrumento avençado, o seu objeto é a execução de ações e programas da RAPS detalhadas no Plano de Trabalho (Anexo I). O referido Plano de Trabalho tem por objeto principal a criação de serviço de atenção à pessoa com transtornos decorrentes do uso ou abuso de substâncias psicoativas e tratamento da dependência química dos residentes. Inicialmente o Termo de Colaboração nº 18/2018 previa o atendimento de 150 pacientes/mês (cf. Plano de Trabalho inicial subitem 1.5.2, p. 09). Esse termo foi aditado em 8 ocasiões. O número de vagas da Comunidade foi aumentado para 220 pacientes/mês conforme 6º aditamento. A vigência está prorrogada até 07/03/2022 conforme 8º aditamento. Tais fatos estão em desacordo com: a) Portaria de Consolidação nº 3, Anexo V - RAPS, art. 14 e seguintes e Anexo 1 e b) Deliberação CIB-SUS/MG nº 2.400 de 19/10/2016, e Resolução SES nº 5.401 de 19/10/2016, Anexo Único, Capítulo IV, subitem 1.1.

**Fonte da Evidência:** Anexo Único da pactuação da CIB-Micro/ Alfenas/Machado de 10/05/2012: Planilha de Compromisso de Implantação de Componentes da Rede de Atenção Psicossocial;  
Ata de Pactuação e Atualização do Plano de Ação da Rede de Atenção Psicossocial- Ata nº 226/ 21 - CIB Micro Alfenas, de 03/05/2021;  
Termo de Colaboração nº 18/2018, 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º e 8º e Aditamentos ao Termo de Colaboração nº 18/2018;  
Relatório Técnico IMED 2018;  
Relatório Técnico IMED 2019;  
Relatório Técnico IMED 2020;  
Relatório Técnico IMED 2021.

**Conformidade:** Não Conforme

**Justificativa:** 1-Por meio do Ofício Nº209/2022- Secretaria Municipal de Saúde de Alfenas, datado de 21/12/2022, a representante da pessoa jurídica notificada, sra. D.C.A. enviou a seguinte manifestação: Número do apontamento 637545. Ocorreu contratação irregular de vagas em comunidades terapêuticas.

Auditoria nº 675



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



Fundamentação: Considerando que a partir do ano de 2019, a Secretaria de Saúde de Alfenas implantou uma equipe multiprofissional exclusiva para atendimento ao indivíduo com dependência química, a qual tem o seu funcionamento junto a estrutura física do CAPS II, (vide Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde- CNES), a equipe se torna o centro regulador das internações em comunidades terapêuticas, análogo ao CAPS AD, dispositivo este já pactuado na Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), porém ainda não credenciado pelo Ministério da Saúde, apesar de já solicitado via sistema específico (SAIPS) (em anexo). Dessa forma a contratualização com comunidades terapêuticas segue os princípios da RAPS.

2- Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº. 454/2022, a pessoa física D.C.A., foi notificada e não se manifestou acerca da não conformidade.

**Análise da Justificativa:** 1 - Em sua manifestação, a Sra. D.C.A., representante da pessoa jurídica, relata que implantou no ano de 2019, uma equipe multiprofissional, exclusiva para atendimento ao indivíduo com dependência química e que esta equipe é o centro regulador das internações em comunidades terapêuticas, a qual tem o seu funcionamento junto à estrutura física do CAPS II (CNES nº 2171716/última atualização da base local: 02/12/2022/última atualização da base nacional:14/12/2022) e esta equipe (62 profissionais), se torna o centro regulador das internações em comunidades terapêuticas. O auditado encaminhou também cadastro realizado pelo técnico na área de saúde, T.L.S., de proposta (164561) na Rede/Programa - Rede de Atenção Psicossocial- RAPS, com destinatário do benefício o CNPJ 11.436.319/0001-80- FMS de Alfenas, Código do Estabelecimento: 365896; Nome do Componente: Plano de Ação Regional da RAPS; CEP: 37.131-485; Tipo de Abrangência: Municipal; Município: Alfenas - população coberta de 80.973 habitantes/Habilitação e incentivo: Tipo Novo.

O auditado reconhece que o CAPS AD está pactuado na RAPS (proposta 164561), porém atribui a ausência do dispositivo na rede à falta de seu credenciamento pelo Ministério da Saúde, mas no documento enviado Dados da Proposta - Número da Proposta: 164561, a situação da proposta consta como incompleta. Desta forma, na documentação enviada não foi possível verificar os dados e informações disponibilizados quanto à solicitação de credenciamento, pois, não ficou comprovado o cumprimento dos requisitos para o pretensão credenciamento (PRC nº 06/2017, art. 1.021-A e seguintes), o que demonstra que o município de Alfenas não possui a RAPS integralmente instalada e que, portanto, não poderia incluir na RAPS qualquer comunidade terapêutica.

2 - Não houve manifestação da pessoa física notificada.

Por fim, avaliando-se a manifestação apresentada, as justificativas não foram suficientes para afastar a não conformidade.

Propõe-se a aplicação de penalidade de Advertência Escrita. **Acatamento da Justificativa:** Não

**Recomendação:** Recomenda-se que a Secretaria Municipal de Saúde de Alfenas implante a RAPS integralmente, cumprindo o que está previsto na Portaria de Consolidação nº 3, Anexo V - RAPS, art. 14 e seguintes e Anexo 1 e b) Deliberação CIB-SUS/MG nº 2.400 de 19/10/2016, e Resolução SES nº 5.401 de 19/10/2016, Anexo Único, Capítulo IV, subitem 1.1. **Destinatários da Recomendação**

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE ALFENAS - FMS DE ALFENAS	11.436.319/0001-80

**Grupo:** Recursos Financeiros

**Constatação Nº:** 637546

**Subgrupo:** Fundo de Saúde

**Item:** Gerenciamento

**Constatação:** O financiamento com recursos da RAPS/SUS às comunidades terapêuticas no município de Alfenas, não está de acordo com as normas vigentes.

**Evidência:** As comunidades terapêuticas são um dos pontos de atenção na Rede de Atenção Psicossocial na Atenção Residencial de Caráter Transitório. (Portaria de Consolidação nº 3, Anexo V, art. 9º). Conforme a Política Estadual de Saúde Mental Álcool e Outras Drogas de Minas Gerais (aprovada pela Deliberação CIB-SUS/MG nº 2.400 e instituída pela Resolução SES nº 5.401, ambas de 19/10/2016), as comunidades terapêuticas não são estabelecimentos de saúde propriamente e só podem pertencer à Rede de Atenção Psicossocial depois de instalada no território toda a Rede de Atenção Psicossocial (Resolução SES nº 5.401 de 19/10/2016, Anexo Único, Capítulo IV, subitem 1.1). No caso em avaliação, o município de Alfenas possui um CAPS habilitação Tipo II, que atende pessoas com transtornos mentais

Auditoria nº 675



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



graves e persistentes, podendo também atender pessoas com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas. Em 2012, o município de

Alfenas assumiu o compromisso de implantação do CAPS AD II no 1º semestre de 2013 como um componente da RAPS, segundo consta no Anexo Único da pactuação da CIB-Micro/ Alfenas/Machado de 10/05/2012. Conforme evidência Ata de Pactuação e Atualização do Plano de Ação da Rede de Atenção Psicossocial - Ata nº 226/ 21 - CIB Micro Alfenas, de 03/05/2021, não houve por parte do município a implementação da RAPS local com a implantação desse CAPS AD II para atendimento das demandas dos usuários de seu território, apesar desse serviço já ter sido pactuado em 2012. Tal circunstância demonstra que o município de Alfenas não possui a RAPS integralmente instalada e que, portanto, não poderia incluir na RAPS qualquer comunidade terapêutica. Contudo, ainda assim, em 08/03/2018 o município celebrou com a Comunidade Terapêutica Projeto Esperança em Cristo, CNES 9424644, o Termo de Colaboração nº 18/2018. Conforme a Cláusula Primeira do instrumento avençado, o seu objeto é a execução de ações e programas da RAPS detalhadas no Plano de Trabalho (Anexo I). O referido Plano de Trabalho tem por objeto principal a criação de serviço de atenção à pessoa com transtornos decorrentes do uso ou abuso de substâncias psicoativas e tratamento da dependência química dos residentes. Inicialmente o Termo de Colaboração nº 18/2018 possuía valor global estimado em R\$ 2.545.043,11 (dois milhões quinhentos e quarenta e cinco mil quatrocentos e três reais e onze centavos) cujas despesas correriam às expensas do Fundo Municipal de Saúde - Subfunção Atenção Básica (classificação funcional 10.301.0014.0.022). Esse termo foi aditado em 8 ocasiões e teve prorrogada a vigência até 07/03/2022 conforme 8º aditamento. A fonte dos recursos financeiros executados registrados nos empenhos, para os repasses foram: a) Bloco de Média e Alta complexidade (BLMAC) e Saúde 15% nos anos de 2018 e 2019; b) Transferência de Recursos do Sistema

Único de Saúde SUS BI (Bloco Investimento) e Saúde 15% no ano de 2020 e; c) Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS BI (Bloco Investimento) no ano de 2021, até setembro de 2021 (29/09/2021), os repasses realizados pelo FMS à Comunidade Terapêutica totalizaram R\$ 10.555.764,26 (dez milhões, quinhentos e cinquenta e cinco mil e setecentos e sessenta e quatro reais e vinte e seis centavos) conforme detalhado na Tabela 01, em anexo. Tais fatos estão em desacordo com: a) Portaria de Consolidação nº 3, Anexo V - RAPS, art. 14 e seguintes e Anexo 1 e b) Deliberação CIBSUS/MG nº 2.400 de 19/10/2016, e Resolução SES nº 5.401 de 19/10/2016, Anexo Único, Capítulo IV, subitem 1.1.

**Fonte da Evidência:** Anexo Único da pactuação da CIB-Micro/ Alfenas/Machado de 10/05/2012: Planilha de Compromisso de Implantação de Componentes da Rede de Atenção Psicossocial;  
Termo de Colaboração nº 18/2018, 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º e 8º Aditamentos ao Termo de Colaboração nº 18/2018;  
Despesas por Credor: Projeto Esperança em Cristo Jesus no período de 2018 a 2021, disponível em [https://egov.betha.com.br/transparencia/01037-127/con\\_gastoporfavorecido.faces?mun=rEa-e6lknR8=](https://egov.betha.com.br/transparencia/01037-127/con_gastoporfavorecido.faces?mun=rEa-e6lknR8=) consulta em 26/10/2021.

**Conformidade:** Não Conforme

**Justificativa:** 1- Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº. 453/2022, a representante da pessoa jurídica notificada, sra. D.C.A., foi notificada e não se manifestou acerca da não conformidade.  
2- Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº. 454/2022, a pessoa física D.C.A., foi notificada e não se manifestou acerca da não conformidade.

**Análise da Justificativa:** Não foram apresentadas justificativas para esta não conformidade. Propõe-se aplicar a penalidade de Advertência Escrita.

**Acatamento da Justificativa:** Não apresentou justificativa

**Recomendação:** Aplicar os recursos financeiros da RAPS/SUS conforme a Portaria de Consolidação nº 3, Anexo V - RAPS, art. 14 e seguintes e Anexo 1 e a Deliberação CIB-SUS/MG nº 2.400 de 19/10/2016, e Resolução SES nº 5.461 de 19/10/2016, Anexo Único, Capítulo IV, subitem 1.1.

#### Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE ALFENAS - FMS DE ALFENAS	11.436.319/0001-80

Auditoria nº 675





# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



**Grupo:** Regulação

**Constatação Nº:** 638299

**Subgrupo:** Controle e Avaliação

**Item:** Recursos Financeiros

**Constatação:** Utilização de recursos do Fundo Municipal de Saúde de Alfenas com despesas diversas daquelas previstas em lei como ações e serviços públicos de saúde.

**Evidência:** Constatou-se que a SMS de Alfenas firmou com a Organização da Sociedade Civil - OSC Grupo Arco Iris de Misericórdia de Alfenas, os seguintes instrumentos jurídicos: Termo de Colaboração nº 004/2018, 1º Termo Aditivo ao Termo de Colaboração nº 004/2018, Termo de Colaboração nº 014/2019, Termo de Colaboração nº 011/2021 e 1º Termo Aditivo ao Termo de Colaboração nº 014/2019. Conforme previsão da Cláusula Terceira dos termos, as despesas correriam às expensas do Fundo Municipal de Saúde - Subfunção Atenção Básica (classificação funcional 10.301.0014.0.022). A fonte dos recursos financeiros utilizada para os repasses foi Saúde 15% (recursos próprios), totalizando uma despesa no valor de R\$ 785.200,00 (setecentos e oitenta e cinco mil, duzentos reais) no período de 2018 a setembro 2021, conforme detalhado na Tabela 02, em anexo. Entretanto, as evidências demonstram que as atividades, objeto dos termos celebrados, não podem ser consideradas como ações e serviços públicos de saúde, posto que: a) tais instrumentos têm por objeto o acolhimento a adultos masculinos acima de 18 anos em situação de rua e dependentes químicos como forma de triagem, acesso a documentação civil e busca de vínculos familiares, acompanhamento dos usuários a exames clínicos e laboratoriais na rede de saúde do município em casa de acolhida, o que é atividade afeita às políticas de Assistência Social; b) os Planos de Trabalho, anexos aos termos, demonstram no subitem 1.6 que a finalidade estatutária da OSC é a prestação de serviços e de atividades em assistência social. No caso específico concreto, a atividade é classificada no item 2 dos Planos de Trabalho como Proteção Social Especial de Alta Complexidade; c) extrai-se do Comprovante de Inscrição e de Situação junto à RFB que a atividade econômica principal do Grupo Arco Iris é a de serviços de assistência social; d) consulta ao SCNES demonstra que o Grupo Arco Iris não possui cadastro como estabelecimento de saúde; e) a própria SMS de Alfenas ratificou por meio de termo de informação que o Grupo Arco Iris não é um prestador de serviços da Secretaria de Saúde. Tais fatos estão em desacordo com a Lei Complementar nº 141/2012, art. 3º.

**Fonte da Evidência:** Termos de Colaboração nº 004/2018, 1º Termo Aditivo ao Termo de Colaboração nº 004/2018, nº 014/2019, nº 011/2021 e 1º Termo Aditivo ao Termo de Colaboração nº 014/2019; Termo de Informação 06 - SEI 1320.01.0044388-54; Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral, extraído através de Consulta RFB em 22/11/2021; : <http://cnes.datasus.gov.br/pages/estabelecimentos/consulta.jsp> realizada em a 04/11/2021; Processos de pagamentos efetuados ao Grupo Arco Iris de Misericórdia de Alfenas no período de 2018 a set/2021 referentes aos empenhos nº: 475/18-1, 475/18-2, 475/18-3, 475/18-4, 475/18-5, 475/18-6, 475/18-7, 475/18-8, 475/18-9, 475/18-10, 475/18-11, 336/19-1, 336/19-2, 441/19-1, 441/19-2, 997/19-1, 997/19-2, 997/19-3, 997/19-4, 997/19-5, 997/19-6, 997/19-7, 2237/19, 113/20-1, 113/20-2, 113/20-3, 113/20-4, 113/20-5, 1148/20-1, 1148/20-2, 1148/20-3, 1148/20-4, 1148/20-5, 1148/20-6, 1148/20-7, 701/21-2, 701/21-3, 701/21-4, 701/21-5, 701/21-6; Despesas por Credor no período de 2018 a 2021, disponível em [https://e-gov.betha.com.br/transparencia/01037127/con\\_gastoporfavorecido.faces?mun=rEa-e6lknR8](https://e-gov.betha.com.br/transparencia/01037127/con_gastoporfavorecido.faces?mun=rEa-e6lknR8) consulta em 26/10/2021.

**Conformidade:** Não Conforme

**Justificativa:** 1-Por meio do Ofício Nº209/2022- Secretaria Municipal de Saúde de Alfenas, datado de 21/12/2022, a representante da pessoa jurídica notificada, sra. D.C.A. enviou a seguinte manifestação: Número do apontamento 638299 Utilização de recursos do FMS com despesas diversas daquelas previstas em lei como ações e serviços públicos de saúde. Fundamentação: A SMS acatou o indicativo da auditoria e realizou a devolução dos valores apontados que perfazem o total R\$785.250,00 conforme documentação comprobatória em anexo.

2- Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº. 454/2022, a pessoa física D.C.A., foi notificada e não se manifestou acerca da não conformidade.

**Análise da Justificativa:** 1- A SMS alega que acatou o indicativo da auditoria com realização de devolução dos valores apontados no total de R\$ 785.250,00 (setecentos e oitenta e cinco mil, duzentos e cinquenta reais). Contudo, a análise da documentação comprobatória apresentada (extrato da c/c nº 100036-2, ag. 0095, CEF de 24/11/2022 e agendamento de TED nº 6982063) revelou que ocorreu crédito na referida conta do valor de R\$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais). Esse valor creditado é inferior ao valor apontado na evidência e discriminado no campo "Devolução" do Relatório

Auditoria nº 675



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



Preliminar de Auditoria e inferior também ao valor informado pelo auditado, na justificativa. Além disso, o auditado deixou de observar as instruções de devolução contidas na descrição de "evidência" desta constatação no Relatório Preliminar, bem como deixou de observar as orientações de devolução contidas no Ofício SES/AUDSUS nº. 453/2022 de 04/10/2022, e seus anexos, pois não apresentou comprovação da atualização monetária dos valores através do "Demonstrativo do Débito". O "Demonstrativo de Débito", gerado por meio do Sistema de Débito do TCU, é documento que contém a memória de cálculo do valor que deveria ser devolvido. Trata-se de documento essencial para demonstrar a adequada atualização dos valores e, assim, comprovar a regularidade da quitação em sua integralidade. Nesse sentido, para fins da presente análise, a equipe de auditoria realizou a atualização do débito, utilizando o índice constante do Sistema de Débito (Programação de Atualização de Débito do Tribunal de Contas da União - TCU). Tendo por referência a data da devolução informada, 24/11/2022, o "Demonstrativo de Débito" informa um valor atualizado de R\$ 949.559,44 (novecentos e quarenta e nove mil, quinhentos e cinquenta e nove reais e quarenta e quatro centavos), que foi anexado a este Relatório Final de Auditoria: ANEXO 02 DEMONSTRATIVO DE DÉBITOS. Assim, considerando que o auditado realizou devolução no valor de R\$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais), resta débito no valor de R\$ 199.559,44 (cento e noventa e nove mil, quinhentos e cinquenta e nove reais e quarenta e quatro centavos).

2 - Não houve manifestação da pessoa física.

Por fim, avaliando-se a manifestação apresentada, as justificativas não foram suficientes para corrigir a não conformidade. Propõe-se aplicar a penalidade de Advertência Escrita e Medida Corretiva de Devolução (devolução imediata com recursos do Tesouro Municipal) do valor original atualizado de R\$ 199.559,44 (cento e noventa e nove mil, quinhentos e cinquenta e nove reais e quarenta e quatro centavos) à conta Fundo Municipal de Saúde (conta corrente 100036-2, agência 0095, banco CEF) e subsequente comunicação do fato constatado ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e ao Ministério Público de Minas Gerais em razão do disposto no art. 4º, inciso VIII c/c art. 27 da Lei Complementar nº 141/2012. A atualização deverá considerar o período compreendido entre 24/11/2022 (data da devolução parcial, sem a devida atualização) até a data do efetivo recolhimento. A atualização monetária deverá ser feita utilizando o índice constante do Sistema de Débito (Programação de Atualização de Débito do Tribunal de Contas da União - TCU no endereço:

<https://contas.tcu.gov.br/debito/Web/Debito/CalculoDeDebito.faces>). **Acatamento da**

**Justificativa:** Não

**Recomendação:** Efetuar a devolução imediata e integral com Recursos Próprios ao Fundo Municipal de Saúde do valor original de R\$ 199.559,44 (cento e noventa e nove mil, quinhentos e cinquenta e nove reais e quarenta e quatro centavos), devidamente atualizado, conforme indicado no capítulo de PROPOSIÇÃO DA DEVOLUÇÃO deste relatório. O valor original deverá ser atualizado utilizando o Sistema de Débito do TCU (Programa de Atualização de Débito do Tribunal de Contas da União - TCU no endereço: <https://contas.tcu.gov.br/debito/Web/Debito/CalculoDeDebito.faces>). Instruções complementares para devolução encontram-se disponíveis no Ofício de Aplicação de Penalidades e Medidas Corretivas.

#### Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE ALFENAS - FMS DE ALFENAS	11.436.319/0001-80

**Recomendação:** Utilizar os recursos do Fundo Municipal de Saúde de Alfenas com despesas para ações e serviços públicos de saúde conforme a Lei Complementar nº 141/2012, art. 3º.

#### Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE ALFENAS - FMS DE ALFENAS	11.436.319/0001-80





# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



**Grupo:** Controle Social

**Constatação Nº:** 637547

**Subgrupo:** Ouvidoria/Central de Atendimento ao Usuário

**Item:** Satisfação Usuário

**Constatação:** A SMS de Alfenas não atua adequadamente na aferição da satisfação dos usuários, acolhimento e tratamento de denúncias relativas à Atenção à Saúde Mental no município.

**Evidência:** Constatou-se que a aferição da satisfação dos usuários, acolhimento e tratamento de denúncias relativas à atenção à saúde mental é realizado pelo IMED, por meio do Serviço de Atendimento ao Usuário (SAU), que são 2 caixas coletoras dos formulários de pesquisa de satisfação preenchidos com sugestões, avaliações ou reclamações, que ficam na entrada do CAPS. O preenchimento destes formulários é espontâneo e as demandas são acolhidas e avaliadas pelo IMED. As demandas após tratadas são encaminhadas ao profissional envolvido e dadas devidas respostas de providência tomadas ao demandante. Em declaração da Secretária Municipal de Saúde de Alfenas, D.C.A., obtida por meio de Termo de Entrevista, a mesma afirma que... A Secretaria Municipal de Saúde realiza as apurações de denúncias, seja de qualquer setor sob sua responsabilidade, através da Ouvidoria Municipal, onde são efetivamente protocoladas as denúncias e remetidas à esta pasta. Em entrevista com 10 usuários da saúde mental do município de Alfenas, onde a pergunta foi " quando você buscou atendimento para sua sugestão ou reclamação, teve resposta ou resultado final do seu pedido," 8 usuários responderam que sim e 2 usuários, responderam que não. A SMS de Alfenas não possui Sistema de Ouvidoria em Saúde para acolher diretamente as demandas da saúde, estas estão sendo acolhidas, tratadas e avaliadas pelo IMED ou estão sendo acolhidas pela Ouvidoria Municipal, não existindo assim, uma comunicação direta do usuário da saúde e a SMS. Tal fato está em desacordo com a Portaria de Consolidação nº 02/2017, Anexo XXVI - Política Nacional de Regulação do Sistema Único de Saúde, artigo 3º inciso III, Anexo 1 do Anexo XXXIX - Política Nacional de Gestão Estratégica e Participativa (Participa SUS), Ações a serem desenvolvidas, item 3 alínea h e Atribuições e Responsabilidades das Esferas de Gestão, subitem 5.3, número 19 e Título V - Da Participação Social, Capítulo I - Da Ouvidoria do SUS, artigos 114, 115, 117, 118 e 119 e Contrato de Gestão nº 001/2018, item 4 Das Obrigações e Responsabilidades da Contratada, subitem 4.1.5.

**Fonte da Evidência:** Formulários de Pesquisa de Satisfação preenchidos do período de 2018 a 2021, Documentos que comprovam o tratamento das demandas acolhidas pelo IMED do período de 2018 a 2021, Visita in loco nos dias 24/09/2021 a 18/10/2021; Consulta da Ouvidoria Municipal, disponível em: <http://www.alfenas.mg.gov.br/>, realizada em 05/11/2021; Termo de Informação da SMS D.C.A., datado de 23/09/2021 e ratificado em de 19/10/2021; Entrevistas com 10 usuários da saúde mental do município de Alfenas, obtidas no período de 20 a 24 de setembro de 2021.

**Conformidade:** Não Conforme

**Justificativa:** 1-Por meio do Ofício Nº 209/2022- Secretaria Municipal de Saúde de Alfenas, datado de 21/12/2022, a representante da pessoa jurídica notificada, sra. D.C.A. enviou a seguinte manifestação: Número do apontamento 637547 A SMS de Alfenas não atua adequadamente na aferição da satisfação dos usuários, acolhimento e tratamento de denúncias relativas à Atenção à Saúde Mental no município. Fundamentação: Considerando os apontamentos feitos pela Equipe de Auditoria a Secretaria Municipal de Saúde de Alfenas, realizou a nomeação de servidora (anexo) para implementar a Ouvidoria em Saúde que concentrará as reclamações, sugestões, demandas dos usuários, inclusive os de Saúde Mental. 2- Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº. 454/2022, a pessoa física D.C.A., foi notificada e não se manifestou acerca da não conformidade.

**Análise da Justificativa:** 1 - Em sua manifestação, a Sra. D.C.A., representante da pessoa jurídica, relata que considerou os apontamentos feitos pela Equipe de Auditoria à Secretaria Municipal de Saúde de Alfenas e realizou a nomeação de servidora (anexo) para implementar a Ouvidoria em Saúde que concentrará as reclamações, sugestões, demandas dos usuários, inclusive os de Saúde Mental. No entanto, a Portaria 013 de 24 de novembro de 2022, na qual consta a nomeação da servidora K.V., como responsável pela Ouvidoria do Sistema Único de Saúde (SUS) da Secretaria Municipal de Saúde de Alfenas, não comprova a implantação do Sistema de Ouvidoria em Saúde da Secretaria Municipal de Saúde de Alfenas e nem que está acolhendo diretamente as demandas da saúde. Dessa forma, o auditado não comprovou com o documento enviado a aferição da satisfação dos usuários, acolhimento e tratamento de denúncias relativas à Atenção à Saúde

Auditoria nº 675



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



Mental no município.

2 - Não houve manifestação da pessoa física notificada.

Por fim, avaliando-se a manifestação apresentada, as justificativas foram suficientes para afastar parcialmente a não conformidade. Propõe-se aplicação de penalidade de Advertência Escrita ao auditado. **Acatamento da Justificativa:** Parcialmente

**Recomendação:** Recomendamos que a SMS de Alfenas atue adequadamente na aferição da satisfação dos usuários, acolhimento e tratamento de denúncias relativas à Atenção à Saúde Mental no município, cumprindo o que determina a Portaria de Consolidação nº 02/2017, Anexo XXVI - Política Nacional de Regulação do Sistema Único de Saúde, artigo 3º inciso III, Anexo 1 do Anexo XXXIX - Política Nacional de Gestão Estratégica e Participativa (Participa SUS), Ações a serem desenvolvidas, item 3 alínea h e Atribuições e Responsabilidades das Esferas de Gestão, subitem 5.3, número 19 e Título V - Da Participação Social, Capítulo I - Da Ouvidoria do SUS, artigos 114, 115, 117, 118 e 119 e Contrato de Gestão nº 001/2018, item 4 Das Obrigações e Responsabilidades da Contratada, subitem 4.1.5. **Destinatários da Recomendação**

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE ALFENAS - FMS DE ALFENAS	11.436.319/0001-80

**Grupo:** Regulação

**Constatação Nº:** 637548

**Subgrupo:** Controle e Avaliação

**Item:** Atividades/Programação/Supervisão/Revisão

**Constatação:** As atribuições de supervisão e regulação da rede de serviços de saúde mental não são executados pela SMS.

**Evidência:** Constatou-se que as atribuições de supervisão e regulação da rede de serviços de saúde mental não estão sendo executadas pela SMS, mas sim, pelo IMED. Em declaração da Coordenadora Municipal de Regulação de Alfenas, M.C.S.C., obtida por meio de Termo de Entrevista, a mesma afirma que... "Não existe nenhuma atribuição da saúde mental no meu setor". Destaca-se ainda que o CAPS também não executa essa função, pois o mesmo encontra-se sob gestão do IMED, de natureza jurídica privada, conforme demonstrado nos Relatórios Técnicos emitidos pelo mesmo nos anos 2018, 2019, 2020 e 2021, sem previsão legal para executar as atribuições de supervisão e de regulação da rede de serviços de saúde mental e no documento que descreve o fluxo de atendimento que estão sob gestão do IMED, o CAPS, os SRTs e o Centro de Convivência. Durante auditoria foi verificado ainda que o município realiza internações em Clínica Neuropsiquiátrica de Alfenas, já descredenciada do SUS e que o quantitativo de médicos com especialidade em psiquiatria está insuficiente para atender a demanda, pois, o CAPS conta com apenas 1 médico psiquiatra com carga horária de 10 horas semanais. Tal fato está em desacordo com a Portaria de Consolidação 03, Anexo V, Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), Título II dos Centros de Atenção Psicossocial, Capítulo I, das Modalidades de Serviços dos Centros de Atenção Psicossocial, art.21; Título V, dos Serviços Residenciais Terapêuticos em Saúde Mental para o Atendimento ao Portador de Transtornos Mentais Art. 83.

**Fonte da Evidência:** CNES módulo profissional competência 06 de 2020;  
CNES módulo profissional competência 09 de 2021;  
Organograma SMS Alfenas- Saúde Mental e Responsáveis;  
Relatório Técnico IMED 2018;  
Relatório Técnico IMED 2019;  
Relatório Técnico IMED 2020;  
Relatório Técnico IMED 2021;  
Fluxo de Atendimento na Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), dos Usuários de Saúde Mental.

**Conformidade:** Não Conforme

**Justificativa:** 1- Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº. 453/2022, a representante da pessoa jurídica notificada, sra. D.C.A., foi notificada

Auditoria nº 675



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



e não se manifestou acerca da não conformidade.

2- Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº. 454/2022, a pessoa física D.C.A., foi notificada e não se manifestou acerca da não conformidade.

**Análise da Justificativa:** Não foram apresentadas justificativas para esta não conformidade. Propõe-se a aplicação da penalidade de Advertência Escrita ao auditado.

**Acatamento da Justificativa:** Não apresentou justificativa

**Recomendação:** Recomenda-se que a Secretaria Municipal de Saúde de Alfenas execute as atribuições de supervisão e regulação da rede de serviços de saúde mental, cumprindo o que determina a Portaria de Consolidação 03, Anexo V, Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), Título II dos Centros de Atenção Psicossocial, Capítulo I, das Modalidades de Serviços dos Centros de Atenção Psicossocial, art.21; Título V, dos Serviços Residenciais Terapêuticos em Saúde Mental para o Atendimento ao Portador de Transtornos Mentais Art. 83.

**Grupo:** Assistência Média e Alta Complexidade

**Constatação Nº:** 637549

**Subgrupo:** Assistência Ambulatorial

**Item:** Acesso/Atendimento à Demanda

**Constatação:** O CAPS não realiza indevidamente atendimento psicológico a mulheres interessadas em realizar procedimento contraceptivo de laqueadura.

**Evidência:** Constatou-se que o CAPS não realiza indevidamente atendimento psicológico a mulheres interessadas em realizar procedimento contraceptivo de laqueadura nos prontuários analisados, assim como nas informações colhidas do coordenador da APS T.L.S., os atendimentos psicológicos para planejamento familiar, os agendamentos de consultas são com os psicólogos D.J.S. e D.P.C. do Ambulatório Drº Plínio Coutinho. Tal fato está de acordo com a Portaria de Consolidação 03, Anexo V, Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), Título I, Art. 7º, § 1º, § 3º, § 4º.

**Fonte da Evidência:** 68 prontuários de usuários dos Serviços de Saúde Mental do município de Alfenas, do período de janeiro de 2018 a outubro de 2021;  
Termo de Entrevista com o Coordenador da Atenção Primária em Saúde (APS), sobre o fluxo de atendimento às pacientes que foram atendidas para o planejamento familiar;  
Termo de Auditoria datado de 19/10/2021.

**Conformidade:** Conforme

**Grupo:** Assistência Média e Alta Complexidade

**Constatação Nº:** 637550

**Subgrupo:** Assistência Ambulatorial

**Item:** Acesso/Atendimento à Demanda

**Constatação:** Existe demanda reprimida para atendimento psicológico.

**Evidência:** Constatou-se que estão sendo realizados os acompanhamentos terapêuticos dos usuários que são acolhidos no CAPS e que não existe demanda reprimida para atendimento psicológico dos usuários em situação de crise ou para aqueles que buscaram o serviço espontaneamente, pois os mesmos foram atendidos pela equipe do CAPS ou pelo serviço hospitalar do município. Em declaração da Secretária Municipal de Saúde de Alfenas, D.C.A., obtida por meio de Termo de Entrevista, a mesma afirma que... " não há no município hoje a dificuldade em atendimento das urgências e emergências

Auditoria nº 675



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



no CAPS, os pacientes que estão em crise psiquiátricas aguda são acolhidos e atendidos na unidade e quando necessário há uma referência e contrarreferência imediata para o Hospital Universitário Alzira Velano (HUAV). Após alinhamento da Coordenação da Saúde Mental, quando o indivíduo entra em surto se dirige direto ao HUAV, este entra em contato com o

CAPS para que após o atendimento hospitalar, o usuário seja direcionado para o imediato atendimento pela equipe do CAPS". No entanto, constatou-se um número reduzido de profissionais psicólogos com vínculo público para atender as demandas de atendimentos psicológicos da população em geral, o que prejudica a integralidade da assistência ofertada pelo município. Em declaração da Secretária Municipal de Saúde de Alfenas, D.C.A., obtida por meio de Termo de Entrevista, a mesma afirma que..."a demanda por atendimento psicológico vem aumentando exponencialmente, destacase o contexto da pandemia e pós-pandemia que aumentaram a demanda significativamente, sendo assim o número de psicólogos não é considerado suficiente para atender a demanda, porém é realidade nacional, considerando o subfinanciamento que vive a saúde". Tal fato está em desacordo com a Legislação: Portaria de Consolidação nº 2/2017,

Anexo XXVI, Art. 8º, § 1º, incisos I, II. Auditado sujeito à penalidade de Advertência Escrita.

**Fonte da Evidência:** Relatório de profissionais psicólogos com vínculo com a SMS de Alfenas extraído do CNES no dia 04/11/2021.  
Termo de Informação da SMS D.C.A., datado de 23/09/2021 e ratificado em de 19/10/2021.  
Prontuários dos usuários do CAPS.

**Conformidade:** Não Conforme

**Justificativa:** 1- Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº. 453/2022, a representante da pessoa jurídica notificada, sra. D.C.A., foi notificada e não se manifestou acerca da não conformidade.  
2- Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº. 454/2022, a pessoa física D.C.A., foi notificada e não se manifestou acerca da não conformidade.

**Análise da Justificativa:** Não foram apresentadas justificativas para esta não conformidade. Propõe-se a aplicação da penalidade de Advertência Escrita ao auditado.

**Acatamento da Justificativa:** Não apresentou justificativa

**Recomendação:** Recomenda-se que a Secretaria Municipal de Saúde de Alfenas atenda as demandas de atendimentos psicológicos da população em geral, cumprindo o que determina a Portaria de Consolidação nº 2/2017, Anexo XXVI, Art. 8º, § 1º, incisos I, II.

**Grupo:** Assistência Média e Alta Complexidade

**Constatação Nº:** 637551

**Subgrupo:** Assistência Ambulatorial

**Item:** Documentação/Prontuários

**Constatação:** Não houve irregularidades na assistência prestada aos pacientes que tiveram óbito nas Residências Terapêuticas.

**Evidência:** Os documentos que demonstram a regularidade na assistência prestada aos pacientes que tiveram óbito nas Residências Terapêuticas e que foram objeto de análise, foram os prontuários dos moradores das SRTs, as Declarações de Óbitos e os Laudos do Instituto Médico Legal (IML). Quanto ao Comitê de Óbito Municipal, segundo declaração da Secretária Municipal de Saúde, "O município conta apenas com o Comitê de Mortalidade Materno-Infantil que investiga óbitos de mulher em idade fértil e crianças. Como os óbitos ocorridos no Serviço Residencial Terapêutico não foram de indivíduos no perfil de investigação do Comitê de Mortalidade Materno-Infantil, tais óbitos não foram objeto de análise do Comitê." Em análise dos prontuários, constatou-se que os moradores que foram a óbito foram assistidos durante sua permanência nas SRTs pela equipe responsável, seguindo as rotinas de assistência para as quais foram treinados. Em análise das Declarações de Óbitos (D.O.), referentes aos moradores das SRTs que foram a óbito, constatou-se que todos foram assistidos por profissional médico que definiu as causas das mortes, não havendo irregularidades na assistência prestada a esses pacientes por ocasião de sua morte, uma vez que a assistência médica foi prestada no Hospital Universitário Alzira Velano (HUAV), ou pelo médico assistente ou pelo Instituto Médico Legal (IML). Em comparação do documento no qual consta a relação dos 42 moradores das SRTs no período de 2018 a 2021, o qual possui também a informação de que 11 desses moradores foram a óbito, com as D.O., verificou-se não haver nenhuma divergência entre as informações desses documentos. Tal fato está de acordo com a RDC Nº 63, de 25 de novembro de 2011, Art. 23, XII, Art. 51 e Resolução CFM nº 1.779/2005- Regulamenta a responsabilidade médica no fornecimento da Declaração de Óbito, Art. 1º, Art. 2º, 1) Morte natural: II. Morte com assistência médica: d).

Auditoria nº 675



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



**Fonte da Evidência:** Prontuários dos moradores que foram a óbito, analisados in loco;  
11 Declarações de Óbitos de residentes das SRTs do período de 2018 a 2021;  
Lista dos moradores das SRTs do período de 2018 a 2021 e  
Termo de Informação da Secretária Municipal de Saúde de Alfenas. **Conformidade:**

Conforme

**Grupo:** Assistência Média e Alta Complexidade **Constatação Nº:** 637552

**Subgrupo:** Assistência Ambulatorial

**Item:** Medicamentos

**Constatação:** Os moradores dos Serviços Residenciais Terapêuticos recebem assistência medicamentosa de acordo com as respectivas prescrições.

**Evidência:** Em análise dos prontuários dos moradores dos SRTs, verificou-se a existência de consulta médica com os registros das prescrições. Havendo a necessidade de alteração das medicações do morador, ele passa por nova consulta. A medicação prescrita é dispensada semanalmente pela Central de Medicamentos Municipal (CDM), conforme o Protocolo de Prescrição e Dispensação de Medicamentos Decreto nº 2373 de 01/08/2019, sendo as injetáveis, administradas pelo profissional de enfermagem do CAPS. As medicações são levadas para as SRTs, e acondicionadas em armário fechado, ficando a guarda e administração na responsabilidade dos cuidadores, conforme Termos de Entrevistas e visita in loco nas SRTs. Consta em registros da IMED, a aplicação de penalidade de advertência verbal, datada de 24/11/2020, para 3 cuidadoras em razão das ocorrências de má administração diárias de medicamentos dos moradores e desorganização do recipiente onde guarda-se os medicamentos, demonstrando haver controle por parte dos responsáveis técnicos em relação a administração das medicações prescritas. Tal fato está de acordo com a Portaria de Consolidação 03 - Anexo V - Rede de Atenção Psicossocial Art. 23, § 4º, V, - Lei MG nº11802, de 18 de janeiro de 1995, Art. 4º.

**Fonte da Evidência:** Prontuários dos moradores das SRTs, analisados "in loco";  
Documentos de Registros das Ocorrências, Advertências e Repreensão, realizados pela IMED de eventual falta funcional dos recursos humanos; Protocolo de Prescrição e Dispensação de Medicamentos Decreto nº 2373 de 01/08/2019;  
Termos de Entrevista da Coordenadora da Saúde Mental, das Referências Técnicas e dos Cuidadores- IMED das SRTs;  
Documentos que constam os Registros das Ocorrências, Advertências e Repreensão, realizados pela IMED de eventual falta funcional dos recursos humanos.

**Conformidade:** Conforme

**Grupo:** Assistência Média e Alta Complexidade **Constatação Nº:** 637554

**Subgrupo:** Assistência Hospitalar/Ambulatorial

**Item:** Acesso/Atendimento à Demanda

**Constatação:** O CAPS não tem acolhido adequadamente as demandas oriundas da Atenção Primária e dos Serviços de Urgência.

**Evidência:** Foi apresentado um documento com o título: Desenho da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) e Fluxo de Atendimento da Rede de Atenção Psicossocial dos Usuários de Saúde Mental de Alfenas, o qual, segundo a Coordenadora do CAPS L.Q.M., é o fluxo de atendimento da RAPS que segue as definições estabelecidas pela SMS de Alfenas. O CAPS Alfenas atende demanda espontânea e referenciada. O serviço funciona de portas abertas, porém com lógica de atendimento ambulatorial, ou seja, de demanda espontânea e encaminhamentos. Este atendimento deveria ser de forma matricial, que para assistência aos pacientes de saúde mental é considerado o mais adequado. O matriciamento visa transformar a lógica tradicional, por meio de ações mais horizontais, que integrem

Auditoria nº 675





# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



os diversos níveis de assistência e o que foi constatado foi que iniciou-se o matriciamento no mês de junho de 2020 e foi interrompido no mês de setembro por causa da pandemia e não foi retomado pela equipe do CAPS até o período da auditoria. Verificou-se ainda que o quantitativo de médicos com especialidade em psiquiatria é de apenas 1 profissional com carga horária de 10 horas, insuficiente para atender as demandas de saúde mental oriundas da Atenção Primária e dos Serviços de Urgência. Foi constatado também que o CAPS não está registrando no instrumento de informação BPA/I o procedimento 03.01.08.023-2: Acolhimento Inicial por Centro de Atenção Psicossocial, sendo esta, uma informação importante para dar visibilidade às demandas oriundas da Atenção Primária e dos Serviços de Urgência, bem como através da mesma, é possível ofertar uma base de dados para que o município organize sua Rede Psicossocial, assim como não possui fluxo implantado de referência e contra referência, pois não foram localizados nos prontuários analisados documentos de contra referência dos pacientes que foram hospitalizados. Tal fato está em desacordo com a Resolução SES/MG 5.461/2016, 3- Das responsabilidades Das Secretarias Municipais de Saúde, Cap. IV, Da Caracterização, da Infraestrutura e Funcionamento dos Serviços de Saúde Mental, inciso IV e XII e com a Portaria de Consolidação 03 - Anexo V, Art. 4º, inciso VIII e Art. 8º § 2º.

**Fonte da Evidência:** Desenho da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) e Fluxo de Atendimento da Rede de Atenção Psicossocial dos Usuários de Saúde Mental do Município de Alfenas;  
Termo de Depoimento da Coordenadora do CAPS Alfenas L.Q.M., datado de 28 de setembro de 2021;  
68 Prontuários dos usuários cadastrados no CAPS Alfenas no período de janeiro 2018 a outubro de 2021;  
Projeto de matriciamento do CAPS Alfenas ano 2020;  
Produção do CAPS anos 2018 a 2021; Relatório de Profissionais psiquiatras, extraído do CNES no dia 10/11/2021; Organograma da SMS - Saúde Mental- Alfenas- datado de 23/09/2021.

**Conformidade:** Não Conforme

**Justificativa:** 1-Por meio do Ofício Nº209/2022- Secretaria Municipal de Saúde de Alfenas, datado de 21/12/2022, a representante da pessoa jurídica notificada, sra. D.C.A. enviou a seguinte manifestação: Número do apontamento 637552  
O CAPS não tem acolhido adequadamente as demandas oriundas da Atenção Primária e dos Serviços de Urgência.  
Fundamentação: Em decorrência da pandemia da COVID-19 houve uma redução dos atendimentos e consequentemente o processo de matriciamento das equipes APS foi prejudicado, sendo retomado a partir do exercício de 2022, como demonstrado na documentação comprobatória em anexo.  
2- Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº. 454/2022, a pessoa física D.C.A., foi notificada e não se manifestou acerca da não conformidade.

**Análise da Justificativa:** 1 - Em sua manifestação, a Sra. D.C.A., representante da pessoa jurídica, apresentou um único documento que demonstra apenas a realização de uma reunião no PSF Pinheiro com as referências técnicas do CAPS e profissionais da unidade sobre matriciamento. Não foi demonstrado que houve a retomada do processo de matriciamento de forma adequada. Não houve manifestação a respeito da regularização do quantitativo de médicos com especialidade em psiquiatria, da regularização do registro no instrumento de informação BPA/I, do procedimento 03.01.08.023-2: Acolhimento Inicial por Centro de Atenção Psicossocial, assim como não foi demonstrado fluxo implantado de referência e contrarreferência dos pacientes que foram hospitalizados.

2 - Não houve manifestação da pessoa física notificada.

Por fim, avaliando-se a manifestação apresentada, as justificativas não foram suficientes para afastar a não conformidade.

Propõe-se aplicação de penalidade de Advertência Escrita ao auditado. **Acatamento da Justificativa:** Não

**Recomendação:** Recomenda-se que a Secretaria Municipal de Saúde de Alfenas assegure que o CAPS acolha adequadamente as demandas oriundas da Atenção Primária e dos Serviços de Urgência, cumprindo o que determina a Resolução SES/MG 5.461/2016, 3- Das responsabilidades Das Secretarias Municipais de Saúde, Cap. IV, Da Caracterização, da Infraestrutura e Funcionamento dos Serviços de Saúde Mental, inciso IV e XII e com a Portaria de Consolidação 03 Anexo V, Art. 4º, inciso VIII e Art. 8º § 2º.

#### Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE ALFENAS - FMS DE ALFENAS	11.436.319/0001-80

Auditoria nº 675





# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



**Grupo:** Assistência Média e Alta Complexidade

**Constatação Nº:** 637555

**Subgrupo:** Assistência Hospitalar/Ambulatorial

**Item:** Acesso/Atendimento à Demanda

**Constatação:** As internações hospitalares psiquiátricas de pacientes oriundos do CAPS e dos SRT ocorreram em desconformidade com as diretrizes da Política de Saúde Mental.

**Evidência:** Para verificação da conformidade das internações dos pacientes oriundos do CAPS e dos SRTs, foram analisados 68 prontuários do CAPS Alfenas, do período de janeiro de 2018 a outubro de 2021. Após análise destes, constatou-se que houve internações hospitalares psiquiátricas na Clínica Neuropsiquiátrica de Alfenas, já descredenciada do SUS, assim como foram encontrados registros de encaminhamentos de pacientes do CAPS Alfenas para internações em comunidades terapêuticas, em desconformidade com as diretrizes de saúde mental. Não foi verificado que as internações psiquiátricas foram realizadas em leitos públicos ou conveniados com o poder público e também não houve encaminhamento exclusivo de centros de referência de saúde mental públicos, uma vez que o CAPS Alfenas está sob gestão do IMED (Lei nº11802, de 18 de janeiro de 1995, Art. 3º § 2º, Art. 9º, § 1º). Dentre os prontuários analisados, foram encontrados registros de 9 casos de internações, sendo que em 6 delas, não havia dados que as identificasse como internações psiquiátricas involuntárias. Três internações foram identificadas como internações psiquiátricas involuntárias, porém foram efetuadas em desconformidade com os arts. 67 e 68 do Anexo V da Portaria de Consolidação GM/MS nº 3/2017. Verificou-se ainda que dessas 9 internações mencionadas, apenas uma possuía laudo médico, contudo esse laudo não possuía: a) caracterização da internação como voluntária ou involuntária; b) informações ou dados do usuário, pertinentes à Previdência Social (INSS); c) capacidade jurídica do usuário, esclarecendo se é interditado ou não; d) informações sobre o contexto familiar do usuário e; e) previsão estimada do tempo de internação. Foram constatados 6 Encaminhamentos para internação, sendo que em 5 deles não está descrito o local de internação do paciente. Um encaminhamento está identificado para internação na Clínica Neuropsiquiátrica de Alfenas. Foi também objeto de análise o documento com o título: Desenho da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) e Fluxo de Atendimento da Rede de Atenção Psicossocial dos Usuários de Saúde Mental de Alfenas. Após análise deste, verificou-se que o mesmo descreve fluxo de encaminhamento de internações para o Hospital Gimirim de Poço Fundo e Hospital Gedor Silveira de São Sebastião do Paraíso, porém não foram encontrados, nos prontuários analisados, encaminhamentos ou solicitações de internações do CAPS Alfenas para esses Hospitais. Não foi apresentado documento que demonstre ações de articulações e atendimento às demandas da Justiça e Ministério Público e nem Protocolos de atenção às demandas judiciais com nenhum parceiro, como por exemplo, Educação, Justiça, Conselho Tutelar e Assistência Social. Tais fatos estão em desacordo com a Resolução SES/MG 5.461/2016, Das Responsabilidades das Secretarias Municipais de Saúde, XII e com a Portaria de Consolidação GM/MS nº 3/2017, Anexo V, Parágrafo Único, art. 67 e 68, incisos IV, VIII, IX, X e XI.

**Fonte da Evidência:** 68 Prontuários dos usuários cadastrados no CAPS Alfenas no período de 2018 a 2021;  
Desenho da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) e Fluxo de Atendimento da Rede de Atenção Psicossocial dos Usuários de Saúde Mental do Município de Alfenas;  
Contratos nº 076/2020, 99/2020 e 31/2021; empenho ordinário nº 01/2021; empenho nº 1617/ 2020 subempenho 01 e 02; empenho nº 1313/2021 subempenho 01; NF-e nº 2949, 2632, 2795, 3253 e extratos bancários da CEF  
Agencia 095-6 C/C nº 10036-2 (FMS Rec. Próprios) de set/2020, dez/2020 e mar/2021;  
Prontuários dos usuários cadastrados no CAPS e que foram internados na Clínica Neuropsiquiátrica de Alfenas.

**Conformidade:** Não Conforme

**Justificativa:** 1-Por meio do Ofício Nº209/2022- Secretaria Municipal de Saúde de Alfenas, datado de 21/12/2022, a representante da pessoa jurídica notificada, sra. D.C.A. enviou a seguinte manifestação: Número do apontamento 637555. As internações hospitalares psiquiátricas de pacientes oriundos do CAPS e dos SRT ocorreram em desconformidade com as diretrizes da Política de Saúde Mental. Fundamentação: É importante destacar que todos os pacientes que, uma vez avaliados pela equipe do CAPS e demandam internação psiquiátrica, são primeiramente inseridos no SUS Fácil para aguardar as vagas dos serviços credenciados da RAPS (Hospital Gedor Silveira de São Sebastião do Paraíso e Hospital de Gimirim de Poço Fundo). No entanto, em face à demora do atendimento da rede credenciada, a SMS realiza a internação provisória até obter a disponibilização das vagas pelo SUS Fácil no intuito de preservar a vida,

Auditoria nº 675



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



como demonstrado nos relatórios emitidos em anexo. Buscou-se assim uma alternativa para dar suporte ao atendimento dos referidos pacientes. Ressalta-se que a prioridade sempre foi e será encaminhar os pacientes para as referências credenciadas.

2- Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº. 454/2022, a pessoa física D.C.A., foi notificada e não se manifestou acerca da não conformidade.

#### Análise da Justificativa:

1 - Em sua manifestação, a Sra. D.C.A., representante da pessoa jurídica apresentou documentos de pacientes de Saúde Mental com necessidade de internação, porém esses documentos não demonstram que os requisitos exigidos para internação psiquiátrica estão sendo totalmente contemplados e nem que foram solicitadas reserva de vagas no SUS Fácil. O auditado também não apresentou provas da demora alegada, como relatórios do SUS Fácil com as solicitações de internação e nem demonstrou providências quanto à notificação dessa situação de demanda reprimida à SES ou à CIB Regional. Nesta mesma manifestação a sra. D.C.A. afirma que "Buscou-se assim uma alternativa para dar suporte ao atendimento dos referidos pacientes.", explicando o motivo da internação psiquiátrica em Clínica Neuropsiquiátrica não credenciada pelo

SUS, porém, manteve essa solução como rotina do serviço, contrariando a legislação vigente.

2 - Não houve manifestação da pessoa física notificada.

Por fim, avaliando-se a manifestação apresentada, as justificativas não foram suficientes para afastar a não conformidade.

Propõe-se aplicação de penalidade de Advertência Escrita ao auditado. **Acatamento da Justificativa:** Não

#### Recomendação:

Recomenda-se que a Secretaria Municipal de Saúde de Alfenas efetue as internações hospitalares psiquiátricas de pacientes oriundos do CAPS e dos SRT em conformidade com as diretrizes da Política de Saúde Mental, cumprindo o que determina a Resolução SES/MG 5.461/2016, Das Responsabilidades das Secretarias Municipais de Saúde, XII e com a Portaria de Consolidação GM/MS nº 3/2017, Anexo V, Parágrafo Único, art. 67 e 68, incisos IV, VIII, IX, X e XI. **Destinatários da Recomendação**

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE ALFENAS - FMS DE ALFENAS	11.436.319/0001-80

**Grupo:** Regulação

**Constatação Nº:** 637556

**Subgrupo:** Controle e Avaliação

**Item:** Contratualização

**Constatação:** Houve internações psiquiátricas de usuários dos serviços de saúde mental do município de Alfenas na Clínica Neuropsiquiátrica de Alfenas (Hospital Psiquiátrico Bagé), já desabilitado do SUS.

#### Evidência:

O processo de desabilitação da Clínica Neuropsiquiátrica de Alfenas junto ao SUS teve seu início com a publicação da Portaria MS/SAS nº 501/2007 que homologou os resultados das revisórias realizadas pelo Programa Nacional de Avaliação dos Serviços Hospitalares - PNASH/Psiquiatria em 2005/2006, nos hospitais que não obtiveram percentual mínimo de 61% da pontuação exigida e determinou que, após a publicação da lista dos hospitais, o Gestor local deveria adotar as providências necessárias para a suspensão de novas internações e o descredenciamento da Instituição, planejando a substituição do atendimento aos pacientes destes hospitais. No anexo desta portaria constava o nome da Clínica Neuropsiquiátrica com pontuação final de 54,65%. A consulta ao CNES revelou que a desabilitação ocorreu em 19/11/2010 com Ofício SMS Alfenas nº 02 de 10/02/2010, sem novas habilitações posteriores. Foi constatado que o município de Alfenas realizou processo de licitação na modalidade de dispensa de licitação para compra, em regime de urgência, de diária na Clínica Neuropsiquiátrica para internação de pacientes nos anos de 2020 e 2021, que geraram os Contratos nº 076/2020, 99/2020 e 31/2021. O Contrato nº 76/2020 assinado em 08/12/2020, nominou 5 pacientes com necessidades de internação por período segundo o julgamento médico, até que os pacientes restabeleçam a saúde para o convívio familiar e social. Execução em noventa dias, com valor estimado de R\$ 31.100,00 (trinta e um mil e cem reais). Foi apresentado o empenho ordinário nº 01/2021 e NF-e nº 2949, no mesmo valor de R\$ 31.100,00 com pagamento de R\$ 20.000,00 em 30/03/2021, com recursos Saúde 15%.

Auditoria nº 675



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



O Contrato nº 99/2020 assinado em 15/07/2020, nominou 2 pacientes com necessidade de internação psiquiátricas por período segundo o julgamento médico, até que os pacientes restabeleçam a saúde para o convívio familiar e social. Execução em noventa dias, com valor estimado de R\$ 16.600,00 (dezesesseis mil e seiscentos reais). Foram apresentados:

- a) empenho nº 1617/01 e NF-e nº 2632 no valor de R\$ 6.700,00 (seis mil e setecentos reais) com pagamento em 31/08/2020, com recursos Saúde 15%.
- b) empenho nº 1617/02 e NF-e nº 2795 no valor de R\$ 3.900,00 (três mil e novecentos reais) com de pagamento de em 09/12/2020, com recursos Saúde 15%.

O contrato 31/2021 assinado em 25/05/2021, não nominou os pacientes. Prevê execução por 12 meses, com valor de R\$ 99.880,00 (noventa e nove mil, oitocentos e oitenta reais). Foi apresentado o empenho nº 1313/01 e NF-e nº 3253 no valor de R\$ 24.980,00 (vinte e quatro mil e novecentos e oitenta reais) com pagamento em 10/08/2021, com recursos Saúde 15%.

Tal fato está em desacordo com a Portaria de Consolidação nº 3, Anexo V-RAPS, art. 14 e seguintes, Anexo 1 do Anexo V -

Matriz Diagnóstica da Rede de Atenção Psicossocial, III - Fase 3 - Contratualização dos Pontos de Atenção: a) e b); Resolução SES/MG Nº 5.461/2016- Das Responsabilidades das Secretarias Municipais de Saúde I e III, -Lei nº11802, de 18 de janeiro de 1995, art.3º, § 3º.

**Fonte da Evidência:** Relatório CNES por estabelecimento, histórico de habilitações, disponível em <http://cnes.datasus.gov.br/pages/estabelecimentos/ficha/histHabilitacao/3101602171635> - consulta em 27/10/2021;

Contratos nº 076/2020, 99/2020 e 31/2021; empenho ordinário nº 01/2021; empenho nº 1617/ 2020 subempenho 01 e 02; empenho nº 1313/2021 subempenho 01; NF-e nº 2949, 2632, 2795, 3253 e extratos bancários da CEF Agência 095-6 C/C nº 10036-2 (FMS Rec. Próprios) de set/2020, dez/2020 e mar/2021.

**Conformidade:** Não Conforme

**Justificativa:** 1-Por meio do Ofício Nº209/2022- Secretaria Municipal de Saúde de Alfenas, datado de 21/12/2022, a representante da

pessoa jurídica notificada, sra. D.C.A. enviou a seguinte manifestação: Número do apontamento 637556

Houve internações psiquiátricas de usuários dos serviços de saúde mental do município de Alfenas na Clínica Neuropsiquiátrica de Alfenas (Hospital Psiquiátrico Bagé), já desabilitado do SUS.

Fundamentação: A justificativa da não conformidade em questão refere-se ao já exposto na resposta referente ao Número do apontamento 637555

2- Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº. 454/2022, a pessoa física D.C.A., foi notificada e não se manifestou acerca da não conformidade.

**Análise da Justificativa:** 1 - Em sua manifestação, a Sra. D.C.A., representante da pessoa jurídica apresentou documentos de pacientes de Saúde Mental com necessidade de internação, porém esses documentos não demonstram que os requisitos exigidos para internação psiquiátrica estão sendo totalmente contemplados e nem que foram solicitadas reserva de vagas no SUS Fácil. Nesta mesma manifestação a sra. D.C.A. afirma que "Buscou-se assim uma alternativa para dar suporte ao atendimento dos referidos pacientes.", explicando o motivo da internação psiquiátrica em Clínica Neuropsiquiátrica não credenciada pelo SUS, porém, manteve essa solução como rotina do serviço, contrariando a legislação vigente.

2 - Não houve manifestação da pessoa física notificada.

Por fim, avaliando-se a manifestação apresentada, as justificativas não foram suficientes para afastar a não conformidade.

Propõe-se aplicação de penalidade de Advertência Escrita ao auditado. **Acatamento da Justificativa:** Não

**Recomendação:** Recomenda-se que a Secretaria Municipal de Saúde de Alfenas realize as suas internações psiquiátricas de usuários de serviços de saúde mental em hospitais habilitados pelo SUS, cumprindo o que determina a Portaria de Consolidação nº 3 > Anexo V -RAPS-, art. 14 e seguintes > Anexo 1 do Anexo V - Matriz Diagnóstica da Rede de Atenção Psicossocial, III - Fase 3 - Contratualização dos Pontos de Atenção: a) e b); -Resolução SES/MG Nº 5.461/2016- Das Responsabilidades das Secretarias Municipais de Saúde I e III, -Lei nº11802, de 18 de janeiro de 1995, art.3º, § 3º.

**Grupo:** Assistência Média e Alta Complexidade

**Constatação Nº:** 637557

**Subgrupo:** Assistência Ambulatorial

Auditoria nº 675



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



**Item:** Humanização

**Constatação:** Os cuidados dispensados aos moradores dos Serviços Residenciais Terapêuticos não estão em consonância com as diretrizes de funcionamento do serviço, demais diretrizes da Política de Saúde Mental e da Política Nacional de Humanização.

**Evidência:** Durante auditoria foram realizadas visitas aos SRTs, sendo verificado que o número de moradores está de acordo com a capacidade instalada dessas moradias e que seus moradores estão familiarizados com a moradia e seus respectivos cuidadores. Em análise dos prontuários constatou-se que não há registros de ocorrências de indícios de violação de direitos humanos com relação a esses moradores, como também, há registros de práticas humanizadas. Foram apresentados documentos que registram as atividades externas dos moradores, com seus respectivos responsáveis, tais como caminhada, oração matinal, grupo sentimentos e corpo e movimento. Verificou-se a existência de protocolo de Normas e Rotinas dos SRTs, no qual estão registradas ações que demonstram práticas humanizadas de cuidados aos moradores. Em entrevistas com os vizinhos, estes declararam que os moradores são tratados com humanidade e respeito e que, de modo geral, têm uma percepção positiva do serviço ofertado. Porém, constatou-se que não constam no Plano Terapêutico Singular (PTS) e nos prontuários as orientações e cuidados baseados na singularidade dos moradores que são portadores de doenças crônicas e as orientações quanto aos riscos físicos para os moradores portadores de necessidades especiais e nem a evolução dos psicólogos nos prontuários avaliados. Verificou-se ainda que as SRTs possuem número insuficiente de profissionais cuidadores e técnicos de enfermagem, pois não conta com os 5 cuidadores fixos por residência e nem técnicos de enfermagem, sendo assim a assistência e cuidados prestados aos moradores não estão adequados. Tais fatos estão em desacordo com a Lei 10.216 de 2001, Art. 2º e Art. 3º e Portaria de Consolidação

03/2017 - Anexo 4 do Anexo V Diretrizes de Funcionamento dos Serviços Residenciais Terapêuticos.

**Fonte da Evidência:** Prontuários dos moradores das SRTs;  
Projeto Terapêutico Singular dos residentes, do período de janeiro de 2018 a setembro de 2021;  
Escalas de Trabalho de cuidadores e administrativos anos 2018;  
Escalas de Trabalho de cuidadores e cuidadores curingas e administrativos anos 2019 a 2021;  
Entrevistas com 09 vizinhos das SRTs no período de 20 a 24 de setembro;  
Entrevistas com 10 moradores das SRTs no período de 20 a 24 de setembro;  
Protocolo de Normas e Rotinas das SRTs; Registros das Oficinas com as Atividades Externas realizadas com os Respostivos Responsáveis; Planejamento das Atividades Semanais SRTs 2021;  
Atas de discussão para avaliação dos residentes anos 2018 a 2021;  
Atas de assembleias de usuários e familiares;  
Protocolo de gerenciamento das SRTs datado de abril de 2021.

**Conformidade:** Não Conforme

**Justificativa:** 1- Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº. 453/2022, a representante da pessoa jurídica notificada, sra. D.C.A., foi notificada e não se manifestou acerca da não conformidade.  
2- Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº. 454/2022, a pessoa física D.C.A., foi notificada e não se manifestou acerca da não conformidade.

**Análise da Justificativa:** Não foram apresentadas justificativas para esta não conformidade. Propõe-se a aplicação da penalidade de Advertência Escrita ao auditado.

**Acatamento da Justificativa:** Não apresentou justificativa

**Recomendação:** Recomenda-se que a Secretaria Municipal de Saúde de Alfenas assegure que os cuidados dispensados aos moradores dos Serviços Residenciais Terapêuticos estejam em consonância com as diretrizes de funcionamento do serviço, demais diretrizes da Política de Saúde Mental e da Política Nacional de Humanização, cumprindo o que determina a Lei 10.216 de 2001, Art. 2º e Art. 3º e Portaria de Consolidação 03/2017 - Anexo 4 do Anexo V Diretrizes de Funcionamento dos Serviços Residenciais Terapêuticos.

#### Destinatários da Recomendação

Nome

CPF/CNPJ

Auditoria nº 675



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE ALFENAS - FMS DE ALFENAS

11.436.319/0001-80

**Grupo:** Assistência Média e Alta Complexidade

**Constatação Nº:** 637558

**Subgrupo:** Assistência Ambulatorial

**Item:** Qualidade da Atenção/Resolutividade

**Constatação:** Cuidadores dos Serviços Residenciais Terapêuticos adotam medidas para apuração das causas e para o tratamento de moradores que apresentam danos a sua integridade física

**Evidência:** Constatou-se que as SRTs do CAPS Alfenas contam com 2 referências técnicas para solucionarem os problemas relatados pelos cuidadores. Foram apresentados também documentos constando registros das ocorrências de cada plantão realizado pelos cuidadores, onde verifica-se que os moradores que necessitaram de tratamento médico, foram levados para o serviço de urgência ou receberam atendimento na rede ambulatorial. Constatou-se ainda, em análise de prontuários, que não há registros de ocorrências de indícios de violação de direitos humanos com relação à esses moradores, como também, há registros de práticas humanizadas conforme normativas. Em entrevistas com os moradores, e cuidadores constatou-se que os cuidados dispensados aos moradores, estão em consonância com Política Nacional de Humanização. Em entrevistas com os vizinhos, estes declararam que os moradores são tratados com humanidade e respeito e que de modo geral, têm uma percepção positiva do serviço ofertado. Tal fato está de acordo com a Portaria de Consolidação 03, Anexo V, Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), Título V dos Serviços Residenciais Terapêuticos em Saúde Mental para o Atendimento ao Portador de Transtornos Mentais, Art. 83,V.

**Fonte da Evidência:** Prontuários dos moradores das SRTs;  
Projeto Terapêutico Singular dos residentes, do período de janeiro de 2018 a setembro de 2021;  
Escalas de Trabalho de cuidadores e administrativos anos 2018;  
Escalas de Trabalho de cuidadores e cuidadores curingas e administrativos anos 2019 a 2021;  
Documento das medidas tomadas pelos coordenadores para solucionar os problemas relatados pelos cuidadores;  
Documentos que registram a efetiva ação dos cuidadores em casos de danos integridade física 2018 a 2021; Entrevistas com os moradores, cuidadores e vizinhos, realizadas no período da auditoria. **Conformidade:** Conforme

**Grupo:** Assistência Média e Alta Complexidade

**Constatação Nº:** 637559

**Subgrupo:** Assistência Ambulatorial

**Item:** Qualidade da Atenção/Resolutividade

**Constatação:** Os Responsáveis pelos SRT adotam medidas para solucionar os problemas relatados pelos cuidadores.

**Evidência:** Constatou-se que as SRTs do CAPS Alfenas contam com 2 referências técnicas para solucionarem os problemas relatados pelos cuidadores. Foram apresentados também documentos constando registros das ocorrências de cada plantão realizado pelos cuidadores, onde verifica-se que os moradores que necessitaram de tratamento médico, foram levados para o serviço de urgência ou receberam atendimento na rede ambulatorial. Constatou-se ainda em análise de prontuários, que não há registros de ocorrências de indícios de violação de direitos humanos com relação à esses moradores, como também, há registros de práticas humanizadas conforme normativas. Em Termos de Entrevistas com os cuidadores das SRTs, verificou-se que há adoção de medidas, pelos responsáveis pelos SRTs, para solucionar os problemas relatados. Em entrevistas com os moradores, e cuidadores constatou-se que os cuidados dispensados aos moradores, estão em consonância com Política Nacional de Humanização. Em entrevistas com os vizinhos, estes declararam que os moradores são tratados com humanidade e respeito e que de modo geral, têm uma percepção positiva do serviço ofertado. Tal fato está de acordo com a Portaria de Consolidação 03, Anexo V, Rede de Atenção Psicossocial

Auditoria nº 675





# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



(RAPS), Título V dos Serviços Residenciais Terapêuticos em Saúde Mental para o Atendimento ao Portador de Transtornos Mentais, Art. 83, V.

**Fonte da Evidência:** Prontuários dos moradores das SRTs;  
Projeto Terapêutico Singular dos residentes, do período de janeiro de 2018 a setembro de 2021;  
Escalas de Trabalho de cuidadores e administrativos anos 2018;  
Escalas de Trabalho de cuidadores e cuidadores curingas e administrativos anos 2019 a 2021;  
Documento das medidas tomadas pelos coordenadores para solucionar os problemas relatados pelos cuidadores;  
Documentos que registram a efetiva ação dos cuidadores em casos de danos integridade física 2018 a 2021;  
Entrevistas com os moradores, cuidadores e vizinhos, realizadas no período da auditoria.  
Termos de Entrevistas com os cuidadores das SRTs, obtido em 20 a 24 de setembro de 2021. **Conformidade:** Conforme

**Grupo:** Assistência Média e Alta Complexidade

**Constatação Nº:** 637560

**Subgrupo:** Assistência Ambulatorial

**Item:** Qualidade da Atenção/Resolutividade

**Constatação:** O CAPS não supervisiona os Serviços Residenciais Terapêuticos.

**Evidência:** Constatou-se pela análise dos prontuários que há apenas os registros dos atendimentos médicos, não constando registros dos demais profissionais com relação ao atendimento individual, em grupo ou atendimentos com seus familiares. Em declaração dos profissionais do CAPS, estes estão iniciando a construção do PTS com os mesmos. Constatou-se ainda que supervisão das SRTs está sendo realizada por duas referências técnicas e uma coordenadora de saúde mental, ambas vinculadas ao IMED, não sendo pois, realizada pelo CAPS. Tal fato está em desacordo com a Resolução SES/MG 5.461/2016, Cap. III, das Responsabilidades, 3. Das Responsabilidades das Secretarias Municipais de Saúde, inciso IV.

**Fonte da Evidência:** Documento das medidas tomadas pelos coordenadores para solucionar os problemas relatados pelos cuidadores;  
Prontuários dos moradores das SRTs;  
Atas das assembleias realizadas nas SRTs pelas RTs;  
Termos de Entrevista Equipe de Saúde do CAPS Alfenas;  
Termo de Informação das Referências Técnicas e da Coordenadora Saúde Mental IMED.

**Conformidade:** Não Conforme

**Justificativa:** 1- Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº. 453/2022, a representante da pessoa jurídica notificada, sra. D.C.A., foi notificada e não se manifestou acerca da não conformidade.  
2- Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº. 454/2022, a pessoa física D.C.A., foi notificada e não se manifestou acerca da não conformidade.

**Análise da Justificativa:** Não foram apresentadas justificativas para esta não conformidade. Propõe-se a aplicação da penalidade de Advertência Escrita ao auditado.

**Acatamento da Justificativa:** Não apresentou justificativa

**Recomendação:** Recomenda-se que a Secretaria Municipal de Saúde de Alfenas realize a supervisão dos Serviços Residenciais Terapêuticos, cumprindo o que determina a Resolução SES/MG 5.461/2016, Cap. III, das Responsabilidades, 3. Das Responsabilidades das Secretarias Municipais de Saúde, inciso IV.

**Grupo:** Assistência Média e Alta Complexidade

**Constatação Nº:** 637561

**Subgrupo:** Assistência Ambulatorial

Auditoria nº 675





# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



**Item:** Humanização

**Constatação:** Ocorrência nos SRT de aplicação de trabalho como parte do PTS em conformidade com as práticas terapêuticas recomendadas.

**Evidência:** Constatou-se que em análise dos PTS e entrevistas com os moradores e cuidadores, que o trabalho descrito nos mesmos, estão em conformidade com as práticas terapêuticas recomendadas. Os moradores realizam pequenas tarefas domésticas que estão ao seu alcance, como tirar o lixo, colocar a roupa no varal, lavar as louças, de acordo com sua condição de saúde, dentro da condição de cada um, desenvolvendo atividades domésticas não obrigatórias na residência. Em análise do Relatório Técnico de Prestação de Contas IMED 2020, página 113, foram encontrados registros fotográficos de atividades externas em sítio. Em Termos de Entrevistas com os profissionais do CAPS, foi verificado que não há menção em imposição de prática de trabalho forçado e não remunerado a moradores dos SRTs. Em análise dos 40 prontuários dos moradores não foi constatada imposição de prática de trabalho forçado e não remunerado a moradores dos SRTs. Foram apresentados os seguintes documentos: Protocolo de Gerenciamento das SRTs, datado de abril de 2021; Protocolo de Normas e Rotinas das SRTs; Planejamento das Atividades Semanais SRTs 2021; Atas de discussão para avaliação dos residentes anos 2018 a 2021; Atas de assembleias de usuários e familiares e Registros das Oficinas com as Atividades Externas realizadas com os Respetivos Responsáveis. Estes documentos foram analisados e constatou-se que os mesmos não demonstram que os trabalhos realizados pelos moradores não estão em desconformidade com as práticas terapêuticas recomendadas. Em Termo de Entrevista, a Referência Técnica, S.J.E., declarou: " Temos três moradores que solicitam que gostariam de trabalhar. Como não é possível, procuramos propor atividades que eles possam executar fora da residência. Durante um período, muitos iam para a zona rural acompanhados da referência técnica e as vezes com o cuidador. Muitos deles pediam para ficar e até morar na roça. Em algumas ocasiões, dois deles ajudavam a alimentar as vacas, carregando silo e por conta disso, como uma maneira de incentivar, a referência ofertava lanches e uma gorjeta para ambos. Todas as vezes que os moradores iam para a zona rural, a referência, demonstrava estas atividades com fotos e vídeos que consta nos relatórios feito mensalmente pela coordenadora do serviço. Vale ressaltar que nenhum morador exerce qualquer trabalho remunerado, realizando apenas as atividades prevista no PTS de cada morador, atividades estas executadas dentro das residências." Em entrevistas, com 10 questionário estruturado, a 10 moradores das SRTs, onde foi perguntado se o trabalho faz parte do PTS para eles, 8 moradores afirmaram que realizam atividades domésticas, por opção deles mesmo, uma vez que o trabalho não é obrigatório. 1 morador não possui condições motoras para esses trabalhos. 1 morador disse que não gosta de trabalhar.

Tal fato está de acordo com a Lei 10.216 de 2001, Art. 2º.

**Fonte da Evidência:** Protocolo de Gerenciamento das SRTs, datado de abril de 2021;  
Protocolo de Normas e Rotinas das SRTs;  
Planejamento das Atividades Semanais SRTs 2021;  
Atas de discussão para avaliação dos residentes anos 2018 a 2021;  
Atas de assembleias de usuários e familiares;  
Registros das Oficinas com as Atividades Externas realizadas com os Respetivos Responsáveis;  
Termos de Entrevista com os profissionais do CAPS, responsáveis pela elaboração dos PTS;  
Termo de Entrevista da Referência Técnica, S.J.E., obtido em 27/09/2021;  
Relatório Técnico de Prestação de Contas IMED 2020;  
Entrevistas com 10 moradores das SRTs, obtido no período de 20 a 24 de setembro de 2021. **Conformidade:** Conforme

**Grupo:** Assistência Média e Alta Complexidade

**Constatação Nº:** 637562

**Subgrupo:** Assistência Ambulatorial

**Item:** Qualidade da Atenção/Resolutividade

**Constatação:** O encaminhamento para atenção odontológica aos usuários dos serviços de saúde mental não propicia ações de diagnóstico e tratamento precoce conservador.

**Evidência:** Verificou-se através de análise dos prontuários Odontológicos dos usuários do CAPS e moradores das SRTs que esses pacientes são submetidos a vários procedimentos Odontológicos, tais como restauração dentária, tratamento endodôntico, profilaxia. Verificou-se, por meio de 22

Auditoria nº 675



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



entrevistas com moradores das SRTs, que todos eles possuíam escovas, dentífrico e fio Dental para higiene bucal. 10 moradores entrevistados, os quais não possuíam dentes, relataram que todos os seus dentes foram extraídos no período em que estiveram internados na clínica Neuropsiquiátrica de Alfenas (Bajé). Foram enviados para análise desta equipe de auditoria documentos contendo encaminhamentos para tratamento odontológico ao Centro odontológico municipal e UNIFENAS para avaliação odontológica, sem detalhamento das condições da saúde bucal do usuário encaminhado. Porém, foi constatado a falta de um protocolo odontológico específico para os usuários de saúde mental, contendo informações como: fluxo de atendimento, planejamento das ações preventivas (cronograma de atendimento preventivo, com periodicidade do tratamento), unidades de referência para o atendimento especializado e informações necessárias para o atendimento de pacientes especiais que possuam alguma condição fisiológica ou patológica que os faça necessitar de cuidados diferenciados. Tais fatos estão em desacordo com as Diretrizes da Política Nacional de Saúde Bucal, subitem 5.2. e Resolução RDC ANVISA N° 63/2011, Seção VIII, Da

Gestão de Tecnologias e Processos, art. 51.

[http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/geral/diretrizes\\_da\\_politica\\_nacional\\_de\\_saude\\_bucal.pdf](http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/geral/diretrizes_da_politica_nacional_de_saude_bucal.pdf).

**Fonte da Evidência:** Prontuários dos usuários do CAPS que necessitaram de atenção odontológica no período de janeiro de 2018 a setembro de 2021; Encaminhamentos dos usuários de saúde mental para o Centro Odontológico Municipal e UNIFENAS, do período de janeiro de 2018 a setembro de 2021;  
22 Entrevistas com moradores e cuidadores das SRTs no período de 20 a 24 de setembro de 2021.

**Conformidade:** Não Conforme

**Justificativa:** 1-Por meio do Ofício N°209/2022- Secretaria Municipal de Saúde de Alfenas, datado de 21/12/2022, a representante da pessoa jurídica notificada, sra. D.C.A. enviou a seguinte manifestação: Número do apontamento 637562.  
O encaminhamento para atenção odontológica aos usuários dos serviços de saúde mental não propicia ações de diagnóstico e tratamento precoce conservador  
Fundamentação: O fluxo de atendimento odontológico dos usuários de serviço de saúde mental encontra-se elaborado e está em fase de implementação conforme documentação anexa.  
2- Por meio do Ofício SES/AUDSUS n°. 454/2022, a pessoa física D.C.A., foi notificada e não se manifestou acerca da não conformidade.

**Análise da Justificativa:** 1 - Em sua manifestação, a Sra. D.C.A., representante da pessoa jurídica apresentou apenas fluxo de atendimento odontológico e não protocolo odontológico específico para os usuários de saúde mental, que contenha informações como: fluxo de atendimento, planejamento das ações preventivas (cronograma de atendimento preventivo, com periodicidade do tratamento), unidades de referência para o atendimento especializado e informações necessárias para o atendimento de pacientes especiais que possuam alguma condição fisiológica ou patológica que os faça necessitar de cuidados diferenciados.  
2 - Não houve manifestação da pessoa física notificada.  
Por fim, avaliando-se a manifestação apresentada, as justificativas não foram suficientes para afastar a não conformidade.

Propõe-se aplicação de penalidade de Advertência Escrita ao auditado. **Acatamento da Justificativa:** Não

**Recomendação:** Recomenda-se que a Secretaria Municipal de Saúde de Alfenas elabore protocolo odontológico específico para os usuários de saúde mental, contendo, além do fluxo de atendimento, informações como: planejamento das ações preventivas (cronograma de atendimento preventivo, com periodicidade do tratamento), unidades de referência para o atendimento especializado e informações necessárias para o atendimento de pacientes especiais que possuam alguma condição fisiológica ou patológica que os faça necessitar de cuidados diferenciados. Tais fatos estão em desacordo com as Diretrizes da Política Nacional de Saúde Bucal, subitem 5.2. e Resolução RDC ANVISA N° 63/2011, Seção VIII, Da Gestão de Tecnologias e Processos, art. 51.

#### Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE ALFENAS - FMS DE ALFENAS	11.436.319/0001-80

**Grupo:** Assistência Média e Alta Complexidade

**Constatação N°:** 637563

Auditoria n° 675



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



**Subgrupo:** Assistência Ambulatorial

**Item:** Qualidade da Atenção/Resolutividade

**Constatação:** O Projeto Terapêutico Singular (PTS) não está sendo desenvolvido e supervisionado conforme preconizado pela Política de Saúde Mental.

**Evidência:** Verificou-se que o Projeto Terapêutico Singular (PTS) não está sendo desenvolvido e supervisionado conforme preconizado pela Política de Saúde Mental. Observa-se a falta de orientações e cuidados baseados na singularidade dos moradores, como nos casos de moradores portadores de doenças crônicas e moradores portadores de necessidades especiais. Após análise dos prontuários, verificou-se que o Projeto Terapêutico Singular - PTS, não está construído para todos os usuários. Nos casos em que está descrito nos prontuários, o PTS não está atualizado, bem como não foi construído a partir de uma visão interdisciplinar. Os procedimentos relativos ao cuidado direto dos usuários do serviço e/ou seus familiares dentro ou fora da unidade, após ingresso no serviço, não estão sendo informados através do Registro das Ações Ambulatoriais da Saúde da Atenção Psicossocial (RAAS). Os usuários atendidos não estão sendo evoluídos em um RAAS único, contendo os diversos procedimentos a que estão sendo submetidos e construídos (Projeto Terapêutico Singular), e os procedimentos relativos ao atendimento de seus familiares e visitas domiciliares também estão deixando de serem informados no RAAS do usuário atendido. Tais fatos estão em desacordo com a Portaria SAS/MS nº 854/2012, art. 5º e Portaria de Consolidação 03/2017 - Anexo V - Rede de Atenção Psicossocial, Art. 2º, inciso XII e Art. 7º § 3º.

**Fonte da Evidência:** 68 Prontuários dos usuários cadastrados no CAPS Alfenas no período de 2018 a 2021;  
Produção do CAPS anos 2018 a 2021;  
PTS dos moradores das SRTs atualizados em 2021;  
Registros de Atendimentos realizados pela equipe nos anos de 2018 a 2021.

**Conformidade:** Não Conforme

**Justificativa:** 1-Por meio do Ofício Nº209/2022- Secretaria Municipal de Saúde de Alfenas, datado de 21/12/2022, a representante da pessoa jurídica notificada, sra. D.C.A. enviou a seguinte manifestação: Número do apontamento 637563 O Projeto Terapêutico Singular (PTS) não está sendo desenvolvido e supervisionado conforme preconizado pela Política de Saúde Mental. Fundamentação: Conforme documentação comprobatória em anexo o Projeto Terapêutico Singular vem sendo desenvolvido e supervisionado pela Supervisão Clínica Institucional implementada a partir de janeiro de 2022.  
2- Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº. 454/2022, a pessoa física D.C.A., foi notificada e não se manifestou acerca da não conformidade.

**Análise da Justificativa:** 1 - Em sua manifestação, a Sra. D.C.A., representante da pessoa jurídica, justifica que o Projeto Terapêutico Singular vem sendo desenvolvido e supervisionado pela Supervisão Clínica Institucional implementada a partir de janeiro de 2022. No entanto, a análise da documentação comprobatória enviada referente ao Projeto Terapêutico Singular que foi desenvolvido para 8 usuários e supervisionado pela Supervisão Clínica Institucional implementada a partir de janeiro de 2022, demonstra apenas a participação de um profissional desta equipe. Não ficou demonstrado que foi construído e validado a partir de uma visão interdisciplinar e em conjunto com o usuário ou seus familiares. Também não ficou demonstrada que a produção enviada na justificativa foi registrada no RAAS - Registro das Ações Ambulatoriais de Saúde.  
2 - Não houve manifestação da pessoa física notificada.  
Por fim, avaliando-se a manifestação apresentada, as justificativas foram insuficientes para afastar a não conformidade.

Propõe-se aplicação de penalidade de Advertência Escrita ao auditado. **Acatamento da Justificativa:** Não

**Recomendação:** Recomenda-se que a Secretaria Municipal de Saúde de Alfenas construa e valide o PTS a partir de uma visão interdisciplinar e em conjunto com o usuário e seus familiares, e que também registre os dados do PTS no RAAS, conforme preconizado pela Política de Saúde Mental, cumprindo o que determina a Portaria de Consolidação 03/2017 - Anexo V - Rede de Atenção Psicossocial, Art. 2º, inciso XII e Art. 7º § 3º e Portaria SAS/MS nº 854/2012. **Destinatários da Recomendação**

Auditoria nº 675



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE ALFENAS - FMS DE ALFENAS	11.436.319/0001-80

**Grupo:** Assistência Média e Alta Complexidade

**Constatação Nº:** 637564

**Subgrupo:** Assistência Ambulatorial

**Item:** Qualidade da Atenção/Resolutividade

**Constatação:** A atenção psiquiátrica do CAPS não considera as decisões coletivas feitas em equipe, como determina a atenção psicossocial.

**Evidência:** Constatou-se nos prontuários analisados que não houve registros de decisões coletivas feitas por equipe multiprofissional, como determina a atenção psicossocial. Verificou-se a existência de Atas de reuniões de equipe para discussão e avaliação dos pacientes do CAPS, constando a participação dos profissionais integrantes da equipe multiprofissional, porém não foi verificado relatos de decisões coletivas pactuadas pela equipe. Analisado o PTS, verificou-se que o mesmo não foi construído a partir de ampla avaliação e informações de outros pontos de atenção da rede de saúde, visto que, desde setembro de 2020, não houve registros de reuniões de matriciamento de pacientes da Atenção Primária da Saúde realizados pela equipe do CAPS. Constatou-se também a falta de reuniões regulares com os pontos de atenção da rede intersetorial, como Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Educação e Conselho Tutelar. Constatou-se também que, os usuários atendidos não estão sendo evoluídos em um RAAS único, contendo os diversos procedimentos a que estão sendo submetidos e construídos (PTS). Os procedimentos relativos ao atendimento de seus familiares e as visitas domiciliares também estão deixando de ser informados no RAAS do usuário atendido. Tais fatos estão em desacordo com a Portaria GM/MS nº 854/2012, art.5º e Portaria de Consolidação 03 - Anexo V - Rede de Atenção Psicossocial, Art. 2º, incisos IV, V, VI e XII.

**Fonte da Evidência:** Produção do CAPS anos 2018 a 2021;  
Registros de Atendimentos realizados pela equipe nos anos de 2018 a 2021;  
Prontuários dos pacientes do CAPS;  
Atas das Reuniões da Equipe para discussão e avaliação dos residentes do período de janeiro de 2018 a setembro de 2021.

**Conformidade:** Não Conforme

**Justificativa:** 1- Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº. 453/2022, a representante da pessoa jurídica notificada, sra. D.C.A., foi notificada e não se manifestou acerca da não conformidade.  
2- Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº. 454/2022, a pessoa física D.C.A., foi notificada e não se manifestou acerca da não conformidade.

**Análise da Justificativa:** Não foram apresentadas justificativas para esta não conformidade. Propõe-se a aplicação da penalidade de Advertência Escrita ao auditado.

**Acatamento da Justificativa:** Não apresentou justificativa

**Recomendação:** Recomenda-se que a Secretaria Municipal de Saúde de Alfenas assegure que a atenção psiquiátrica do CAPS considere as decisões coletivas feitas em equipe, conforme as diretrizes da atenção psicossocial, cumprindo o que determina a Portaria GM/MS nº 854/2012, art.5º e Portaria de Consolidação 03 - Anexo V - Rede de Atenção Psicossocial, Art. 2º, incisos IV, V, VI e XII.

**Grupo:** Assistência Média e Alta Complexidade

**Constatação Nº:** 637565

**Subgrupo:** Assistência Ambulatorial

Auditoria nº 675



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



**Item:** Qualidade da Atenção/Resolutividade

**Constatação:** O trabalho com os familiares dos pacientes do CAPS não está sendo desenvolvido conforme preconizado pela Política de Saúde Mental.

**Evidência:** Foram apresentadas Atas de Assembleia de Usuários e Familiares, nas quais há registros de reuniões entre moradores das SRTs e Referências Técnicas e demais colaboradores, porém, sem o registro da participação de familiares de pacientes do CAPS. Nos documentos com o título de Registros de Atendimentos realizados pela equipe nos anos de 2018 a 2021, foram constatadas a realização de visitas domiciliares aos usuários do CAPS. Nos documentos com título de Registros de Atendimentos com familiares dos moradores realizado pela equipe do CAPS Alfenas, há registro de reunião com familiares, bem como, atendimento de familiares de usuários do CAPS. Porém, constatou-se que não houve um trabalho sistematizado com os familiares, com cronograma, planejamento e objetivos específicos com atividades comunitárias enfocando a integração do usuário de saúde mental na comunidade e sua inserção familiar e social. Tais fatos estão em desacordo com a Portaria de Consolidação 3 Anexo V, Título II, dos Centros de Atenção Psicossocial, Cap.I, Art. 20 § 1º, Art. 23 § 5º incisos IV, V e VI.

**Fonte da Evidência:** Produção do CAPS anos 2018 a 2021;  
Atas de Assembleia de Usuários e Familiares;  
Registros de Atendimentos realizados pela equipe nos anos de 2018 a 2021;  
Registros de Atendimentos com familiares dos moradores realizado pela equipe do CAPS Alfenas.

**Conformidade:** Não Conforme

**Justificativa:** 1-Por meio do Ofício Nº209/2022- Secretaria Municipal de Saúde de Alfenas, datado de 21/12/2022, a representante da pessoa jurídica notificada, sra. D.C.A. enviou a seguinte manifestação: Número do apontamento 637565  
O trabalho com os familiares dos pacientes do CAPS não está sendo desenvolvido conforme preconizado pela Política de Saúde Mental. Fundamentação: Conforme documentação comprobatória em anexo o trabalho com os familiares dos usuários do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) vem sendo implementado pela Secretaria Municipal de Saúde.  
2- Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº. 454/2022, a pessoa física D.C.A., foi notificada e não se manifestou acerca da não conformidade.

**Análise da Justificativa:** 1 - Em sua manifestação, a Sra. D.C.A., representante da pessoa jurídica apresentou documento com fotos dos usuários de Saúde Mental e seus familiares participando de eventos do "Setembro Amarelo", Oficinas Terapêuticas e reuniões com a equipe de profissionais do CAPS. Porém não foi apresentada documentação que demonstre haver um trabalho sistematizado com os familiares, com cronograma, planejamento e objetivos específicos com atividades comunitárias enfocando a integração do usuário de saúde mental na comunidade e sua inserção familiar e social.

2 - Não houve manifestação da pessoa física notificada.

Por fim, avaliando-se a manifestação apresentada, as justificativas não foram suficientes para afastar a não conformidade.

Propõe-se aplicação de penalidade de Advertência Escrita ao auditado. **Acatamento da Justificativa:** Não

**Recomendação:** Recomenda-se que a Secretaria Municipal de Saúde de Alfenas desenvolva o trabalho com os familiares dos pacientes do CAPS conforme preconizado pela Política de Saúde Mental, cumprindo o que determina a Portaria de Consolidação 3 Anexo V, Título II, dos Centros de Atenção Psicossocial, Cap.I, Art. 20 § 1º, Art. 23 § 5º incisos IV, V e VI.

**Grupo:** Assistência Média e Alta Complexidade

**Constatação Nº:** 637566

**Subgrupo:** Assistência Ambulatorial

**Item:** Qualidade da Atenção/Resolutividade

**Constatação:** Os cuidadores das residências terapêuticas contratados pela IMED não recebem treinamento e acompanhamento ao assumirem atribuições.

Auditoria nº 675





# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



**Evidência:** A Supervisora de Saúde Mental R.M.P. em Termo de Entrevista relatou que: "...ao assumir a gestão do Serviço Residencial Terapêutico (SRT) do município em 01/03/2018, o IMED iniciou processo imediato de contratação de colaboradores para atuarem na Residência Terapêutica. Anteriormente ao contrato de Gestão do IMED com a Secretaria de Saúde, o SRT era administrado pela APAE (Associação de Pais e Amigos de excepcionais), sendo assim, o quadro de referências técnicas e cuidadores, além de auxiliar de serviços gerais era completo. Após rescisão contratual com a APAE e não havendo tempo hábil para o processo de contratação e seleção de novos funcionários, o IMED contratou cuidadores, Referências Técnicas e os auxiliares de serviços gerais vindos do contrato anterior com a APAE. Portanto, todos os cuidadores contratados pelo IMED, tinham experiência e conheciam bem o trabalho desenvolvido nas SRTs...Posteriormente, após desligamento de alguns cuidadores contratados no início da gestão, foi necessário a abertura de processo seletivo para a contratação de alguns cuidadores...Após contratação do colaborador (cuidador), este ficará por um período de pelo menos (no mínimo) 30 dias em uma residência, acompanhada de outro cuidador com experiência para que seja passado toda a rotina da casa e para que conheça o perfil dos moradores e todo o processo de trabalho...Temos ainda o suporte das referências técnicas ao orientar o funcionário durante os primeiros 30 dias. Após 30 dias no serviço é realizada a avaliação de desempenho pelos supervisores para constatação da necessidade de ficar ou não acompanhada por outro cuidador por mais 30 dias...Aos 90 dias de trabalho, novamente é realizado o processo de avaliação, neste momento, com o término do contrato de experiência, é avaliado se o cuidador permanecerá no SRT ou será desligado do mesmo." Foram apresentados documentos que registram treinamentos dos cuidadores das SRTs contratados pelo IMED, porém, esses documentos não registram a realização dos acompanhamentos dos cuidadores admitidos e também não fica evidenciado nesses documentos que esses treinamentos foram realizados quando os cuidadores assumiram suas funções nos SRTs. Tal fato está em desacordo com a RDC Anvisa nº 63/2011, Seção V, Art. 32 e com Portaria de Consolidação 03 - Anexo V, Art. 23; § 4º, inciso IV.

**Fonte da Evidência:** Termo de Entrevista da Supervisora de Saúde Mental R.M.P, datado de 27 de setembro de 2021;  
Lista de cuidadores das Residências Terapêuticas do período de janeiro de 2018 a setembro de 2021;  
Contrato de Gestão nº 001/2018 firmado entre a Prefeitura Municipal de Alfenas e Instituto de Medicina, Estudos e Desenvolvimento (IMED): Anexo V.

**Conformidade:** Não Conforme

**Justificativa:** 1-Por meio do Ofício Nº209/2022- Secretaria Municipal de Saúde de Alfenas, datado de 21/12/2022, a representante da pessoa jurídica notificada, sra. D.C.A. enviou a seguinte manifestação: Número do apontamento 637566  
Os cuidadores das residências terapêuticas contratados pela IMED não recebem treinamento e acompanhamento ao assumirem atribuições.  
Fundamentação: Cabe destacar que os cuidadores do Serviço Residencial Terapêutico (SRT) realizam treinamento em serviço durante 30 dias acompanhado de outro cuidador com experiência e ao final é submetido a uma avaliação de desempenho onde se aprovado é encaminhado para outra residência e em caso de desempenho abaixo do esperado fica em treinamento mais 30 dias onde novamente é avaliado. Além disso, foi implementado um cronograma de educação permanente para todos os cuidadores das cinco residências conforme documentação anexo.  
2- Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº. 454/2022, a pessoa física D.C.A., foi notificada e não se manifestou acerca da não conformidade.

**Análise da Justificativa:** 1 - Em sua manifestação, a Sra. D.C.A., representante da pessoa jurídica, apresentou documento com registro de educação continuada, Atas de treinamento em serviços, porém esses documentos não apontam que o treinamentos mencionados foram realizados com cuidadores admitidos na data desses treinamentos.  
2 - Não houve manifestação da pessoa física notificada.

Por fim, avaliando-se a manifestação apresentada, as justificativas não foram suficientes para afastar a não conformidade.

Propõe-se aplicação de penalidade de Advertência Escrita ao auditado. **Acatamento da Justificativa:** Não

**Recomendação:** Recomenda-se que a Secretaria Municipal de Saúde de Alfenas assegure que os cuidadores das residências terapêuticas contratados pela IMED recebam treinamento ao assumirem atribuições, cumprindo o que determina a RDC Anvisa nº 63/2011, Seção V, Art. 32 e com Portaria de Consolidação 03 - Anexo V, Art. 23; § 4º, inciso IV. **Destinatários da Recomendação**

Nome

CPF/CNPJ

Auditoria nº 675





# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE ALFENAS - FMS DE ALFENAS

11.436.319/0001-80

**Grupo:** Assistência Média e Alta Complexidade

**Constatação Nº:** 637567

**Subgrupo:** Assistência Ambulatorial

**Item:** Qualidade da Atenção/Resolutividade

**Constatação:** Não foram identificados registros ou relatos de casos de perseguição, assédio, falta de autonomia e adoecimento de funcionários de Saúde Mental do município de Alfenas após a IMED assumir o gerenciamento dos serviços de Saúde Mental.

**Evidência:** Foram apresentados os seguintes documentos: Registro de avaliação periódica com relação à saúde ocupacional dos funcionários da Saúde Mental; Documentos que demonstram que os trabalhadores com agravos agudos à saúde ou com lesões em membros superiores só iniciaram suas atividades após avaliação médica; Documentos que demonstram a garantia de mecanismos de prevenção dos riscos de acidentes de trabalho; Documentos de registro das comunicações de acidentes de trabalho e Registros de afastamentos e licenças em saúde - o conteúdo desses documentos registram as informações corretas, de acordo com a sua finalidade. Constatou-se que os funcionários da IMED foram avaliados periodicamente em relação à saúde ocupacional, bem como foi garantido aos trabalhadores que precisaram realizar tratamentos de saúde afastamentos para a recuperação de sua saúde. Tal fato está de acordo com o Contrato de Gestão Nº 001/2018, 4. Das Obrigações e Responsabilidades da Contratada 4.1.6. e RDC ANVISA nº 63/2011, Seção III, Das Condições Organizacionais, art.23, inciso II e Seção VII, da Proteção à Saúde do Trabalhador, art.44,45,47 e 48.

**Fonte da Evidência:** Registro de avaliação periódica com relação à saúde ocupacional dos funcionários da Saúde Mental; Documentos, do período de janeiro de 2018 a setembro de 2021, que demonstrem que os trabalhadores com agravos agudos à saúde ou com lesões em membros superiores só iniciaram suas atividades após avaliação médica; Documentos de registro das comunicações de acidentes de trabalho, do período de janeiro de 2018 a setembro de 2021; Registros de afastamentos/licenças em saúde, no período de janeiro de 2018 a setembro de 2021. **Conformidade:** Conforme

**Grupo:** Assistência Média e Alta Complexidade

**Constatação Nº:** 637568

**Subgrupo:** Assistência Ambulatorial

**Item:** Recursos Humanos

**Constatação:** A composição das equipes das residências terapêuticas não está conforme legislação aplicável.

**Evidência:** Constatou-se ainda que, as SRTs estão habilitadas como Tipo II, porém, contrariando a legislação vigente, não conta no seu quadro com o profissional técnico de enfermagem. Este profissional deveria atuar nas residências terapêuticas executando as funções de promoção dos cuidados gerais dos moradores. Verificou-se ainda que as SRTs possuem número insuficiente de profissionais cuidadores, pois não conta com os 5 cuidadores fixos por residência. Tais fatos estão em desacordo com a Portaria de Consolidação 03 - Anexo 4 do Anexo V - Diretrizes de Funcionamento dos Serviços Residenciais Terapêuticos SRT Tipo II.

**Fonte da Evidência:** Listas dos moradores das Residências Terapêuticas, do período de janeiro de 2018 a setembro de 2021; Relação dos profissionais das Residências Terapêuticas e do CAPS, do período de janeiro de 2018 a setembro de 2021, com suas respectivas ocupações.

**Conformidade:** Não Conforme

Auditoria nº 675



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



**Justificativa:** 1- Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº. 453/2022, a representante da pessoa jurídica notificada, sra. D.C.A., foi notificada e não se manifestou acerca da não conformidade.  
2- Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº. 454/2022, a pessoa física D.C.A., foi notificada e não se manifestou acerca da não conformidade.

**Análise da Justificativa:** Não foram apresentadas justificativas para esta não conformidade. Propõe-se a aplicação da penalidade de Advertência Escrita ao auditado.

**Acatamento da Justificativa:** Não apresentou justificativa

**Recomendação:** Recomenda-se que a Secretaria Municipal de Saúde de Alfenas assegure que a composição das equipes das residências terapêuticas esteja conforme legislação aplicável, cumprindo o que determina a Portaria de Consolidação 03 - Anexo 4 do Anexo V - Diretrizes de Funcionamento dos Serviços Residenciais Terapêuticos SRT Tipo II.

**Grupo:** Assistência Média e Alta Complexidade

**Constatação Nº:** 637569

**Subgrupo:** Assistência Ambulatorial

**Item:** Qualidade da Atenção/Resolutividade

**Constatação:** A organização do trabalho das Referências Técnicas está em desconformidade com as diretrizes da Política de Saúde Mental.

**Evidência:** Foram apresentados os documentos: Projeto Terapêutico Singular dos residentes, Escala e cronograma semanal de atividades das Referências Técnicas, Documentos que registrem as funções exercidas pelas Referências Técnicas, e Protocolos administrativos sobre o gerenciamento das Residências Terapêuticas. Constatou-se, analisando os documentos acima que estes registraram a vinculação de cada módulo residencial ao CAPS Alfenas, que é referência de saúde mental para os moradores, o qual realiza o suporte técnico profissional necessário nas 5 SRTs. Em análise do documento que registram o compartilhamento das funções das SRTs, verificou-se que as referências Técnicas cuidam de todas as casas, resolvendo os problemas que surgem no dia, ou seja, caso precisar de alguma medicação ou alimentos, ou questões clínicas dos moradores, elas são acionadas pelos cuidadores. Porém a organização do trabalho das Referências Técnicas está em desconformidade com as diretrizes da Política de Saúde Mental, pois as escalas não estão compostas por 5 (cinco) cuidadores em regime de escala e 1 (um) profissional técnico de enfermagem diário. Tal fato está em desacordo com a Portaria de Consolidação 03 - Anexo 4 do Anexo V - Diretrizes de Funcionamento dos Serviços Residenciais Terapêuticos, SRT Tipo II.

**Fonte da Evidência:** Projeto Terapêutico Singular dos residentes, do período de janeiro de 2018 a setembro de 2021;  
Escala/cronograma semanal de atividades das Referências Técnicas, do período de janeiro de 2018 a setembro de 2021;  
Documentos que registrem as funções exercidas pelas Referências Técnicas, com horários e possíveis compartilhamentos dessas funções entre as referências;  
Protocolos administrativos sobre o gerenciamento das Residências Terapêuticas.

**Conformidade:** Não Conforme

**Justificativa:** 1- Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº. 453/2022, a representante da pessoa jurídica notificada, sra. D.C.A., foi notificada e não se manifestou acerca da não conformidade.  
2- Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº. 454/2022, a pessoa física D.C.A., foi notificada e não se manifestou acerca da não conformidade.

**Análise da Justificativa:** Não foram apresentadas justificativas para esta não conformidade. Propõe-se a aplicação da penalidade de Advertência Escrita ao auditado.

**Acatamento da Justificativa:** Não apresentou justificativa



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



**Recomendação:** Recomenda-se que a Secretaria Municipal de Saúde de Alfenas assegure que a organização do trabalho das Referências Técnicas esteja em conformidade com as diretrizes da Política de Saúde Mental, cumprindo o que determina a Portaria de Consolidação 03 - Anexo 4 do Anexo V - Diretrizes de Funcionamento dos Serviços Residenciais Terapêuticos, SRT Tipo II.

**Grupo:** Regulação

**Constatação Nº:** 637570

**Subgrupo:** Controle e Avaliação

**Item:** Recursos Humanos/Capacitação

**Constatação:** A empresa IMED, seus gestores e coordenadores, não têm experiência com atenção psicossocial.

**Evidência:** Através do Processo de Seleção nº 001/2017, A SMS de Alfenas realizou chamamento público para seleção de Organização Social (OS) para gerenciamento e execução de ações e serviços de saúde em unidades de saúde da rede assistencial da supervisão técnica de saúde de Alfenas. As unidades de saúde, objeto da seleção incluíam o CAPS I com 6 unidades de serviços de Residências Terapêuticas, Centro de Convivência e Cultura, além de ambulatórios e unidades de saúde da família. Dentre os procedimentos gerais da seleção pública, havia a exigência de experiência da OS na gestão de unidade de saúde pública de pronto atendimento e experiência da equipe administrativa e técnica da OS na gestão de unidade de saúde pública. O Instituto de Medicina, Estudos e Desenvolvimento (IMED), atendeu aos requisitos no Processo de Seleção nº 001/2017 e assinou o Contrato de Gestão nº 001/2018. Por este Instrumento jurídico, a OS obriga-se a observar a legislação disciplinadora do SUS e a contratar sempre, por meio de processo seletivo (Contrato de Gestão 001/2018, Cláusula 4, itens 4.1.2.1 e 4.2.1 e Anexo V, 4.2.1.). Verificou-se que as contratações foram realizadas por meio de 08 processos seletivos no ano de 2018 e 01 processo seletivo no ano de 2019, sendo que a contratação para atuação em saúde mental ocorreu através do processo seletivo 004/2018. Por este processo foram contratados serviços médicos especializados em saúde mental, pessoa jurídica e o critério utilizado foi a apresentação de atestado de experiência de, pelo menos, 1 (ano) na prestação dos serviços médicos especializados em saúde mental, juntamente com a proposta técnica. Neste mesmo processo seletivo foi contratada empresa para prestação de serviços especializados em assessoria na gestão de informações gerenciais de atenção básica e saúde mental, sendo que o critério estabelecido foi a comprovação de experiência de, no mínimo, 3 (três) anos na prestação dos serviços na área de gestão pública de saúde. Portanto, não foi exigida a experiência em atenção psicossocial da empresa IMED, no momento de sua seleção como OS para gerenciamento e execução de ações e serviços de saúde em unidades de saúde da rede assistencial da supervisão técnica de saúde de Alfenas e a mesma, no momento da contratação não exigiu para seus gestores e coordenadores, a experiência em atenção psicossocial. A gestora do CAPS, L.Q.M., atuou na atenção básica do município como farmacêutica. A Supervisora de Saúde Mental, R.M.P., atuou na atenção básica do município com fisioterapeuta geral, comprovando experiência na assistência de saúde pública, mas não foi comprovada a experiência com atenção psicossocial. Tais fatos estão em desacordo com a Lei Federal nº 8.666/1993, art. 27, II c/c art. 30, II e Lei Municipal nº 4.732/2017.

**Fonte da Evidência:** Contrato de Gestão nº 001/2018 firmado entre a Prefeitura Municipal de Alfenas e Instituto de Medicina, Estudos e Desenvolvimento (IMED);

Processos seletivos para contratação de pessoal no período de 2018 a 2021, disponível em <http://imed.org.br/contratacoes-de-servicos/>, consulta em 12/09/2022; Produção do CAPS anos 2018 a 2021; Produção do CAPS anos 2018 a 2021; Registros de Atendimentos realizados pela equipe nos anos de 2018 a 2021.

**Conformidade:** Não Conforme

**Justificativa:** 1- Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº. 453/2022, a representante da pessoa jurídica notificada, sra. D.C.A., foi notificada e não se manifestou acerca da não conformidade.

2- Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº. 454/2022, a pessoa física D.C.A., foi notificada e não se manifestou acerca da não conformidade.

**Análise da Justificativa:** Não foram apresentadas justificativas para esta não conformidade. Propõe-se a aplicação da penalidade de Advertência Escrita ao auditado.

**Acatamento da Justificativa:** Não apresentou justificativa

Auditoria nº 675



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



rindo o que determina a Lei

**Recomendação:** Recomenda-se que a Secretaria Municipal de Saúde de Alfenas atenda a legislação, cum Federal nº 8.666/1993, art. 27, II c/c art. 30, II e Lei Municipal nº 4.732/2017.

#### Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE ALFENAS - FMS DE ALFENAS	11.436.319/0001-80

**Grupo:** Gestão do Trabalho e Educação em Saúde **Constatação Nº:** 637571

**Subgrupo:** Educação em Saúde

**Item:** Formação/desenvolvimento de RH voltada às necessidades do SUS

**Constatação:** Ausência de capacitações e suporte técnico aos trabalhadores do CAPS e aos cuidadores das residências.

**Evidência:** Constatou-se que as capacitações e suporte técnico aos trabalhadores do CAPS e aos cuidadores das residência, são insuficientes para atender a real necessidade do trabalho desenvolvido em Saúde Mental, uma vez que o PTS não atende a singularidade de cada morador, falta treinamento específicos para os cuidadores em saúde mental e os profissionais do CAPS estão em estágio inicial de implantação do PTS nas residências terapêuticas. As reuniões de equipe multiprofissionais são esporádicas e falta evolução dos profissionais das equipes nos prontuários analisados. Tais fatos estão em desacordo com a Resolução RDC ANVISA nº 63/2011, Seção III, Das Condições Organizacionais, art. 23, inciso III, Seção V, Da Gestão de Pessoal, art.32 e 33.

**Fonte da Evidência:** Prontuários dos moradores das SRTs;  
Projeto Terapêutico Singular dos residentes, do período de janeiro de 2018 a setembro de 2021;  
Escalas de Trabalho de cuidadores e administrativos anos 2018;  
Escalas de Trabalho de cuidadores e cuidadores curingas e administrativos anos 2019 a 2021;  
Documento das medidas tomadas pelos coordenadores para solucionar os problemas relatados pelos cuidadores;

**Conformidade:** Não Conforme

**Justificativa:** 1-Por meio do Ofício Nº209/2022- Secretaria Municipal de Saúde de Alfenas, datado de 21/12/2022, a representante da pessoa jurídica notificada, sra. D.C.A. enviou a seguinte manifestação: Número do apontamento 637571  
Ausência de capacitações e suporte técnico aos trabalhadores do CAPS e aos cuidadores das residências.  
Fundamentação: A justificativa da não conformidade em questão refere-se ao já exposto na resposta referente ao Número do Apontamento 637566.

2- Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº. 454/2022, a pessoa física D.C.A., foi notificada e não se manifestou acerca da não conformidade.

**Análise da Justificativa:** 1 - Em sua manifestação, a Sra. D.C.A., representante da pessoa jurídica, coloca que a justificativa da não conformidade em questão refere-se ao já exposto na resposta referente ao Número do Apontamento 637566. Apesar da constatação 637566 tratar de treinamento e capacitação de pessoal, a abordagem e o foco da justificativa são distintos. A documentação referente ao Apontamento 637566, comprova os registros de educação continuada, Atas de treinamento em serviços para os cuidadores das SRTs, uma vez que foram realizadas capacitações e suporte técnico aos cuidadores das residências, porém não ficou comprovado no

Apontamento 637566, as capacitações e suporte técnico para os trabalhadores do CAPS.

2 - Não houve manifestação da pessoa física notificada.

Por fim, avaliando-se a manifestação apresentada, as justificativas foram suficientes para afastar parcialmente a não conformidade. Propõe-se aplicação de penalidade de Advertência Escrita ao auditado. **Acatamento da Justificativa:** Parcialmente

Auditoria nº 675



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



#### Recomendação:

Recomenda-se que a Secretaria Municipal de Saúde de Alfenas assegure capacitações e suporte técnico aos trabalhadores do CAPS, cumprindo o que determina a Resolução RDC ANVISA nº 63/2011, Seção III, Das Condições Organizacionais, art. 23, inciso III, Seção V, Da Gestão de Pessoal, art.32 e 33. **Destinatários da Recomendação**

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE ALFENAS - FMS DE ALFENAS	11.436.319/0001-80

**Grupo:** Assistência Média e Alta Complexidade

**Constatação Nº:** 637572

**Subgrupo:** Assistência Ambulatorial

**Item:** Qualidade da Atenção/Resolutividade

**Constatação:** A IMED adota medidas adequadas para apuração das causas e para o tratamento de pacientes do SRT que apresentam danos a sua integridade física.

**Evidência:** Constatou-se que SRTs do CAPS Alfenas contam com 2 referências técnicas para solucionar os problemas relatados pelos cuidadores. Foi constatado a existência de livros constando registros das ocorrências de cada plantão realizado pelos cuidadores. Nestes constam que os moradores que necessitaram de atendimentos foram encaminhados para tratamento médico, seja levando ao serviço de urgência ou agendando consultas na rede ambulatorial. Constatou-se, em análise de prontuários dos moradores do SRTs, que não há registros de ocorrências de indícios de violação de direitos humanos com relação à esses moradores, como também, há registros de práticas humanizadas conforme normativas. Em entrevistas com os vizinhos, estes declararam que os moradores são tratados com humanidade, respeito e de modo geral existe uma percepção positiva do serviço ofertado. Tais fatos estão de acordo com a Portaria de Consolidação 03, Anexo V, Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), Título V, dos Serviços Residenciais Terapêuticos em Saúde Mental para o Atendimento ao Portador de Transtornos Mentais, art. 83, V.

**Fonte da Evidência:** Prontuários dos moradores das SRTs;  
Projeto Terapêutico Singular dos residentes, do período de janeiro de 2018 a setembro de 2021;  
Escalas de Trabalho de cuidadores e administrativos anos 2018;  
Escalas de Trabalho de cuidadores e cuidadores curingas e administrativos anos 2019 a 2021;  
Documento das medidas tomadas pelos coordenadores para solucionar os problemas relatados pelos cuidadores;  
Documentos que registram a efetiva ação dos cuidadores em casos de danos integridade física 2018 a 2021.  
Entrevista com 9 vizinhos das SRTs no período de 20 a 24 de setembro de 2021. **Conformidade:** Conforme

**Grupo:** Assistência Média e Alta Complexidade

**Constatação Nº:** 637573

**Subgrupo:** Assistência Ambulatorial

**Item:** Qualidade da Atenção/Resolutividade

**Constatação:** Ocorre falta de transporte para realização das atividades do CAPS.

**Evidência:** Constatou-se a existência de Termo de Cessão Nº 003/2018- Cessão de Veículos da Prefeitura do Município de Alfenas, por intermédio da SMS ao IMED (Instituto de Medicina, Estudos e Desenvolvimento o Veículo) Van Citroen Placa OWH 9058; Gol G4 1.0 2013/2014, placa POP 5179 e Ducato Multi Jet 2015/2016 placa PWP 1191 e em sua cláusula segunda, verificou-se que fica a cargo do cessionário qualquer ônus de manutenção dos veículos bem como gastos com combustível. Constatou-se que o veículo usado pelo CAPS apresentava problemas recorrentes e seu estado de conservação era ruim, ficando constantemente em manutenção em oficina mecânica, conforme entrevista de familiares e usuários do CAPS. Ele foi substituído por um veículo novo durante a fase operativa desta auditoria para atender as demandas do CAPS Alfenas, porém, no período de janeiro de 2018 a setembro de 2021, conforme descrito

Auditoria nº 675





# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



acima, houve limitação para realizar as atividades do CAPS que dependiam de transporte. Tais fatos estão em desacordo com o Contrato de Gestão 001/2018, 3.1 e 3.2, Anexos I e V e Lei Municipal Nº 3519/2003, art 1º.

**Fonte da Evidência:** Termo de Cessão Nº 003/2018 e Aditivo ao Termo de Cessão Nº 003/2018 - Cessão de Veículos da Prefeitura do Município de Alfenas, por intermédio da SMS ao IMED- Instituto de Medicina, Estudos e Desenvolvimento;  
Termo de Entrevista Coordenador de Transporte SMS Alfenas;  
Termos de entrevista com os funcionários do CAPS no período de 23/09/2021 a 19/10/2021.  
Documentos que registram a entrada/saída dos carros utilizados para o transporte dos profissionais do CAPS para desempenho de suas funções, do período de 2018 a setembro de 2021.

**Conformidade:** Não Conforme

**Justificativa:** 1-Por meio do Ofício Nº209/2022- Secretaria Municipal de Saúde de Alfenas, datado de 21/12/2022, a representante da pessoa jurídica notificada, sra. D.C.A. enviou a seguinte manifestação: Número do apontamento 637573  
Ocorre falta de transporte para realização das atividades do CAPS.  
Fundamentação: Sempre houve a disponibilização de transporte para os usuários da Saúde Mental pela SMS. A partir dos meados do exercício de 2021, a SMS adquiriu um veículo exclusivo para atender a política de Saúde de Mental conforme documentação anexa.  
2- Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº. 454/2022, a pessoa física D.C.A., foi notificada e não se manifestou acerca da não conformidade.

**Análise da Justificativa:** 1 - Em sua manifestação, a Sra. D.C.A., representante da pessoa jurídica, apresentou documento Termo de Responsabilidade por utilização de veículo da empresa, comprovando a disponibilização de um veículo específico de transporte para realização das atividades do CAPS.

2 - Não houve manifestação da pessoa física notificada.

Por fim, avaliando-se a manifestação apresentada, as justificativas foram suficientes para afastar a não conformidade. .

**Acatamento da Justificativa:** Sim

**Grupo:** Recursos Humanos

**Constatação Nº:** 637574

**Subgrupo:** Gestão

**Item:** Administração

**Constatação:** O veículo do CAPS não é utilizado para fins particulares.

**Evidência:** Constatou-se a existência de Termo de Cessão Nº 003/2018- Cessão de Veículos da Prefeitura do Município de Alfenas, por intermédio da SMS ao IMED (Instituto de Medicina, Estudos e Desenvolvimento) o Veículo Van Citroen Placa OWH 9058; Gol G4 1.0 2013/2014, placa POP 5179 e Ducato Multi Jet 2015/2016 placa PWP 1191 e em sua cláusula segunda, verificou-se que fica a cargo do cessionário qualquer ônus de manutenção dos veículos bem como gastos com combustível. Constatou-se também que houve substituição do veículo que transporta os pacientes para tratamento no CAPS, devido à problemas que esses estavam apresentando. Não houve nos prontuários, entrevistas e termos de Entrevista, nenhum indício de ocorrência de uso de veículos do CAPS com fins particulares. Tais fatos estão de acordo com o Contrato de Gestão 001/2018, 3.1 e 3.2, Anexos I e V, e Lei Municipal Nº 3519/2003, Art 1º.

**Fonte da Evidência:** Termo de Cessão Nº 003/2018 e Aditivo ao Termo de Cessão Nº 003/2018 - Cessão de Veículos da Prefeitura do Município de Alfenas, por intermédio da SMS ao IMED- Instituto de Medicina, Estudos e Desenvolvimento; Termo de Entrevista Coordenador de Transporte SMS Alfenas; Documentos que registram a entrada/saída dos carros utilizados para o transporte dos profissionais do CAPS para desempenho de suas funções, do período de 2018 a setembro de 2021.

**Conformidade:** Conforme

## VI - PROPOSIÇÃO DA DEVOLUÇÃO

Auditoria nº 675





# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



#### 1 - Prejuízo: Não

##### 1.1 - Fundo de Origem: Municipal

##### 1.1.1 - Devolução p/ o Fundo: Municipal

##### 1.1.1.1 - Bloco de Financiamento: Não financiado por bloco

Data Fato Gerador: 24/11/2022

Devolução Nº: 411398

Constatação Nº: 638299

**Complemento do Bloco:** Devolução de recursos ao Fundo Municipal de Saúde. Desvio de finalidade. Devolução parcial do valor informado no Relatório Preliminar realizada em 24/11/2022. Devolução menor e sem a devida atualização. Proposição de devolução complementar à realizada a fim de quitar os débitos informados no Relatório Preliminar.

**Documentos Comprobatórios:** Termos de Colaboração nº 004/2018, 1º Termo Aditivo ao Termo de Colaboração nº 004/2018, nº 014/2019, nº 011/2021 e 1º Termo Aditivo ao Termo de Colaboração nº 014/2019; Termo de Informação 06 - SEI 1320.01.0044388-54; Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral, extraído através de Consulta RFB em 22/11/2021; : <http://cnes.datasus.gov.br/pages/estabelecimentos/consulta.jsp> realizada em a 04/11/2021; Processos de pagamentos efetuados ao Grupo Arco Íris de Misericórdia de Alfenas no período de 2018 a set/2021 referentes aos empenhos nº: 475/18-1, 475/18-2, 475/18-3, 475/18-4, 475/18-5, 475/18-6, 475/18-7, 475/18-8, 475/18-9, 475/18-10, 475/18-11, 336/19-1, 336/19-2, 441/19-1, 441/19-2, 997/19-1, 997/19-2, 997/19-3, 997/19-4, 997/19-5, 997/19-6, 997/19-7, 2237/19, 113/20-1, 113/20-2, 113/20-3, 113/20-4, 113/20-5, 1148/20-1, 1148/20-2, 1148/20-3, 1148/20-4, 1148/20-5, 1148/20-6, 1148/20-7, 701/21-2, 701/21-3, 701/21-4, 701/21-5, 701/21-6; Despesas por Credor no período de 2018 a 2021, disponível em [https://e-gov.betha.com.br/transparencia/01037127/con\\_gastoporfavorecido.faces?mun=rEa-e6lknR8](https://e-gov.betha.com.br/transparencia/01037127/con_gastoporfavorecido.faces?mun=rEa-e6lknR8)= consulta em 26/10/2021; Relatório Preliminar de Auditoria nº 675; Ofício SES/AUDSUS nº. 453/2022 de 04/10/2022 e seus anexos; extrato bancário da c/c nº 100036-2, ag. 0095, CEF de 24/11/2022 e agendamento de TED nº 6982063.

Documento Tipo	Documento Nº	Motivo	Valor
Transferência Bancária	6982063	O Relatório Preliminar de Auditoria nº 675, encaminhado através do Ofício SES/AUDSUS nº. 453/2022 de 04/10/2022, propôs devolução ao Fundo Municipal de Saúde de Alfenas o valor original de R\$ 785.250,00 (setecentos e oitenta e cinco mil, duzentos e cinquenta reais) que deveria ser atualizado, conforme orientações contidas no Relatório Preliminar e Ofício SES/AUDSUS nº. 453/2022 e seus anexos. Em 24/11/2022, foi realizada a devolução ao Fundo Municipal de Saúde de Alfenas no valor de R\$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais), conforme extrato bancário da c/c nº 100036-2, ag. 0095, CEF de 24/11/2022 e agendamento de TED nº 6982063 apresentados. O valor devolvido é inferior ao valor proposto e sem atualização monetária. Considerando a data de 24/11/2022, foi efetuada a atualização do débito, utilizando o índice constante do Sistema de Débito (Programação de Atualização de Débito do Tribunal de Contas da União - TCU que gerou o "Demonstrativo de Débito" no valor atualizado de R\$ 949.559,44 (novecentos e quarenta e nove mil, quinhentos e cinquenta e nove reais e quarenta e quatro centavos). Considerando a diferença entre valor atualizado informado no "Demonstrativo de Débito" e o valor efetivamente devolvido informado pelo auditado, restou débito no valor de R\$ 199.559,44 (cento e noventa e nove mil, quinhentos e cinquenta e nove reais e quarenta e quatro centavos).	199.559,44

Auditoria nº 675



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

## Relatório Consolidado



Fundamento Legal: Lei Complementar nº 141/2012, art. 3º

Total da Data do Fato Gerador: 24/11/2022	199.559,44
Total do Bloco de Financiamento: Não financiado por bloco	199.559,44
Total do Fundo p/ Devolução: Municipal	199.559,44
Total Fundo de Origem: Municipal	199.559,44
Total Prejuízo: Não	199.559,44
Total Geral:	199.559,44

### VII - RESULTADO DA DENÚNCIA

**Fato:** Imposição de trabalho forçado e não-remunerado a moradores de SRT por iniciativa de profissional referência técnica do Serviço

**Tipo:** Gestão - Assistência

**Demanda Nº:** 111937

**Fato:** Medicamentos são alterados sem que o morador passe por consulta médica

**Tipo:** Assistência - Recursos Humanos - Imperícia ou Negligência de Profissionais de Saúde

**Demanda Nº:** 111937

**Fato:** A atenção psiquiátrica do CAPS não considera as decisões coletivas feitas em equipe, como determina a atenção psicossocial

**Tipo:** Assistência - Funcionamento - Qualidade do Atendimento dos Profissionais de Saúde

**Demanda Nº:** 111937

**Fato:** Descumprimento pelo IMED da sua atribuição de realização transporte dos pacientes

**Tipo:** Assistência - Funcionamento - Transporte

**Demanda Nº:** 111937

**Fato:** Internação de usuários de serviços de Saúde Mental do SUS municipal no Hospital Psiquiátrico BAGÉ - hospital já descredenciado do SUS

**Tipo:** Gestão - Assistência

**Demanda Nº:** 111937

**Fato:** Perseguição, assédio, falta de autonomia e adoecimento generalizado de funcionários da Saúde Mental

**Tipo:** Gestão - Assistência

**Demanda Nº:** 111937

**Fato:** Ausência de regularidade nas consultas dos pacientes no CAPS

**Tipo:** Assistência - Funcionamento - Acesso a Consultas - Média Complexidade

**Demanda Nº:** 111937

**Fato:** As atribuições de supervisão e regulação da rede de serviços de saúde mental não são executados pela SMS

**Tipo:** Gestão - Assistência

**Demanda Nº:** 111937

**Fato:** Cuidados insuficientes com os pacientes quanto aos riscos físicos relacionados as patologias e/ou tratamentos

**Tipo:** Gestão - Assistência

**Demanda Nº:** 111937

Auditoria nº 675



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



**Fato:** Contratação irregular de vagas em comunidades terapêuticas em contradição aos princípios da política nacional de saúde mental e a lei 10.216;

**Tipo:** Gestão - Assistência

**Demanda Nº:** 111937

**Fato:** Há demanda reprimida para atendimento psicológico na Rede Pública de Saúde

**Tipo:** Assistência - Funcionamento - Demanda Reprimida

**Demanda Nº:** 111937

**Fato:** Responsáveis pelas residências não dão solução para os problemas relatados pelos cuidadores

**Tipo:** Gestão - Assistência

**Demanda Nº:** 111937

**Fato:** Não há suporte (Capacitação e/ou supervisão institucional) para os trabalhadores do CAPS nem para os cuidadores das residências

**Tipo:** Assistência - Funcionamento - Qualidade do Atendimento dos  
Profissionais de Saúde

**Demanda Nº:** 111937

**Fato:** Carro do CAPS frequentemente fica sem gasolina

**Tipo:** Assistência - Funcionamento - Transporte

**Demanda Nº:** 111937

**Fato:** Residência Terapêutica sem o devido respeito à legislação sobre a composição da equipe

**Tipo:** Assistência - Recursos Humanos - Disponibilidade de  
Profissionais de Saúde

**Demanda Nº:** 111937

**Fato:** Cuidadores não adotam medidas para apuração das causas e para o tratamento de pacientes que apresentam danos a sua integridade física

**Tipo:** Assistência - Funcionamento - Recusa ou Omissão de  
Atendimento ou Socorro

**Demanda Nº:** 111937

**Fato:** O Projeto Terapêutico Singular (PTS), elaborado apenas uma vez há mais de 2 anos, não funciona como deveria

**Tipo:** Assistência - Funcionamento - Qualidade do Atendimento dos  
Profissionais de Saúde

**Demanda Nº:** 111937

**Fato:** As referências não supervisionam a consecução dos objetivos colocados pelo PTS, nem orientam os cuidadores para que o sigam

**Tipo:** Assistência - Funcionamento - Qualidade do Atendimento dos  
Profissionais de Saúde

**Demanda Nº:** 111937

**Fato:** Não há visitas a familiares pelo CAPS desde antes da pandemia, nem qualquer trabalho com os familiares

**Tipo:** Assistência - Funcionamento - Acesso a Consultas - Média  
Complexidade

**Demanda Nº:** 111937

**Fato:** Uso do carro do CAPS para fins particulares

**Tipo:** Recursos Financeiros - Utilização de Recursos SUS

**Demanda Nº:** 111937

**Fato:** Mortes de pacientes das Residências Terapêuticas em circunstância não esclarecida e negativa subsequente de autópsia pela IMED

**Tipo:** Gestão - Assistência

**Demanda Nº:** 111937

Auditoria nº 675



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



**Fato:** Atrasos na Assistência prestada aos pacientes das Residências Terapêuticas

**Tipo:** Assistência - Funcionamento - Recusa ou Omissão de Atendimento ou Socorro

**Demanda Nº:** 111937

**Fato:** Encaminhamento inadequado pelo CAPS para internações psiquiátricas

**Tipo:** Gestão - Assistência

**Demanda Nº:** 111937

**Fato:** Prática de extração dentária dos usuários dos serviços de saúde mental quando chega ao extremo da dor ao invés de tratamento precoce

**Tipo:** Assistência - Programa - Saúde bucal

**Demanda Nº:** 111937

**Fato:** Aumento inadequado da dosagem das medicações de moradores de Serviço Residencial Terapêutico;

**Tipo:** Assistência - Funcionamento - Oferta de Medicamentos

**Demanda Nº:** 111937

**Fato:** A empresa IMED, seus gestores e coordenadores, não têm experiência com atenção psicossocial

**Tipo:** Gestão - Assistência

**Demanda Nº:** 111937

**Fato:** Cuidadores das residências terapêuticas contratados pela IMED não recebem treinamento e acompanhamento ao assumirem atribuições

**Tipo:** Assistência - Recursos Humanos - Habilitação para o exercício profissional

**Demanda Nº:** 111937

**Fato:** O CAPS não acolhe adequadamente às demandas oriundas da Atenção Primária e dos Serviços de Urgência

**Tipo:** Assistência - Funcionamento - Referência e Contra Referência

**Demanda Nº:** 111937

**Fato:** Ausência de Tratamento pela SMS das denúncias relativas às Comunidades Terapêuticas

**Tipo:** Gestão - Assistência

**Demanda Nº:** 111937

**Fato:** Falta de tratamento humanizado aos pacientes das comunidades terapêuticas

**Tipo:** Assistência - Funcionamento - Qualidade do Atendimento dos Profissionais de Saúde

**Demanda Nº:** 111937

**Fato:** CAPS oferece irregularmente atendimento psicológico a mulheres interessadas em realizar procedimento contraceptivo de laqueadura

**Tipo:** Assistência - Funcionamento - Acesso a Consultas - Média Complexidade

**Demanda Nº:** 111937

**Fato:** As Referências Técnicas cuidam de todas as casas. a divisão do cargo é feita pelos turnos de trabalho (manhã-tarde-noite) e as funções são compartimentadas por setores (medicações, questões clínicas e compras), diluindo a autoridade, prejudicando a organização e reduzindo consideravelmente a resolubilidade dos problemas culminando em prejuízo do ponto de vista terapêutico

**Tipo:** Assistência - Funcionamento - Qualidade do Atendimento dos Profissionais de Saúde

**Demanda Nº:** 111937

**Fato:** CAPS não funciona como Serviço de Referência para as residências. O morador só vai no CAPS em caso de extrema urgência hoje (um morador está agitado ou em surto não há suporte do CAPS, mesmo que a situação perdure por dia)

**Tipo:** Assistência - Funcionamento - Acesso a Consultas - Média

**Demanda Nº:** 111937 Complexidade

Auditoria nº 675



#### VIII - CONCLUSÃO

##### Resultado da Denúncia:

1. Mortes de pacientes das Residências Terapêuticas em circunstância não esclarecida e negativa subsequente de autópsia pela IMED.

Tipo: Assistência Médica e Alta Complexidade

Demanda: 111937

Resultado da Denúncia: Os prontuários dos moradores das SRTs, as Declarações de Óbitos e os Laudos do Instituto Médico Legal (IML) analisados na constatação nº 637551, demonstram a regularidade na assistência prestada aos pacientes que tiveram óbito nas Residências Terapêuticas.

Apuração: 28/09/2021 Não

Procede.

2. Aumento inadequado da dosagem das medicações de moradores de Serviço Residencial Terapêutico.

Tipo: Assistência Médica e Alta Complexidade

Demanda: 111937

Resultado da Denúncia: A constatação nº 637552 demonstra que os moradores dos Serviços Residenciais Terapêuticos recebem assistência medicamentosa de acordo com as respectivas prescrições, pois, foi verificado nos prontuários dos moradores dos SRTs, a existência de consulta médica com os registros das prescrições e havendo a necessidade de alteração das medicações do morador, ele passa por nova consulta. A medicação prescrita é dispensada semanalmente pela Central de Medicamentos Municipal (CDM), conforme o Protocolo de Prescrição e Dispensação de Medicamentos Decreto nº 2373 de 01/08/2019, sendo as injetáveis, administradas pelo profissional de enfermagem do CAPS.

Apuração: 28/09/2021 Não

Procede.

3. Cuidadores das residências terapêuticas contratados pela IMED não recebem treinamento e acompanhamento ao assumirem atribuições.

Tipo: Assistência Médica e Alta Complexidade

Demanda: 111937

Resultado da Denúncia: A constatação nº 637566 demonstra que, os cuidadores das residências terapêuticas contratados pela IMED não recebem treinamento e acompanhamento ao assumirem atribuições, pois, o IMED contratou cuidadores, Referências Técnicas e os auxiliares de serviços gerais vindos do contrato anterior com a APAE. Foram apresentados documentos que registram treinamentos dos cuidadores das SRTs contratados pelo IMED, porém, esses documentos não registram a realização dos acompanhamentos dos cuidadores admitidos e também não fica evidenciado nesses documentos que esses treinamentos foram realizados quando os cuidadores assumiram suas funções nos SRTs.

Apuração: 28/09/2021 Procede:

Sim.

4. Cuidados insuficientes com os pacientes quanto aos riscos físicos relacionados as patologias e/ou tratamentos.

Tipo: Assistência Médica e Alta Complexidade

Demanda: 111937

##### Resultado da Denúncia:

A constatação nº 637572 demonstra que A IMED adota medidas adequadas para apuração das causas e para o tratamento de pacientes do SRT que apresentam danos a sua integridade física, pois, foi constatado a existência de livros constando registros das ocorrências de cada plantão realizado pelos cuidadores. Nestes constam que os moradores que necessitaram de atendimentos foram encaminhados para tratamento médico, seja levando ao serviço de urgência ou agendando consultas na rede ambulatorial. Constatou-se, em análise de prontuários dos moradores dos SRTs, que não há registros de ocorrências de indícios de violação de direitos humanos com relação à esses moradores, como também, há registros de práticas humanizadas conforme normativas. Em entrevistas com os vizinhos, estes declararam que os moradores são tratados com humanidade, respeito e de modo geral existe uma percepção positiva do serviço ofertado. Apuração: 28/09/2021 Não Procede.

5. Encaminhamento inadequado pelo CAPS para internações psiquiátricas.

Tipo: Assistência Médica e Alta Complexidade

Demanda: 111937

Auditoria nº 675



#### Resultado da Denúncia:

A constatação nº 637555 demonstra que as internações hospitalares psiquiátricas de pacientes oriundos do CAPS e dos SRT ocorreram em desconformidade com as diretrizes da Política de Saúde Mental, pois, houve internações hospitalares psiquiátricas na Clínica Neuropsiquiátrica de Alfenas, já descredenciada do SUS, assim como foram encontrados registros de encaminhamentos de pacientes do CAPS Alfenas para internações em comunidades terapêuticas.

Apuração: 28/09/2021 Procede:

Sim.

6. Internação de usuários de serviços de Saúde Mental do SUS municipal no Hospital Psiquiátrico BAGÉ - hospital já descredenciado do SUS.

Tipo: Assistência Média e Alta Complexidade

Demanda: 111937

Resultado da Denúncia: A constatação nº 637556 demonstra que houve internações psiquiátricas de usuários dos serviços de saúde mental do município de Alfenas na Clínica Neuropsiquiátrica de Alfenas (Hospital Psiquiátrico Bagé), já desabilitado do SUS. Apuração: 28/09/2021 Procede: Sim.

7. Contratação irregular de vagas em comunidades terapêuticas em contradição aos princípios da política nacional de saúde mental e a lei 10.216.

Tipo: Assistência Média e Alta Complexidade

Demanda: 111937

Resultado da Denúncia: A constatação nº 637545 demonstra que ocorreu contratação irregular de vagas em comunidades terapêuticas, pois, não houve por parte do município a implementação da RAPS local com a implantação desse CAPS AD II para atendimento das demandas dos usuários de seu território, apesar desse serviço já ter sido pactuado em 2012. Tal circunstância demonstra que o município de Alfenas não possui a RAPS integralmente instalada e que, portanto, não poderia incluir na RAPS qualquer comunidade terapêutica. Apuração: 28/09/2021 Procede: Sim.

8. Ausência de Tratamento pela SMS das denúncias relativas às Comunidades Terapêuticas.

Tipo: Assistência Média e Alta Complexidade

Demanda: 111937

Resultado da Denúncia: A constatação nº 637547 demonstra que a SMS de Alfenas não atua adequadamente na aferição da satisfação dos usuários, acolhimento e tratamento de denúncias relativas à Atenção à Saúde Mental no município, pois foi constatado que a SMS de Alfenas não possui Sistema de Ouvidoria em Saúde para acolher diretamente as demandas da saúde sendo que estas estão sendo acolhidas, tratadas e avaliadas pelo IMED ou estão sendo acolhidas pela Ouvidoria Municipal, não existindo assim, uma comunicação direta do usuário da saúde e a SMS. A SMS de Alfenas apresentou justificativas, enviadas por meio do Ofício Nº209/2022- Secretaria Municipal de Saúde de Alfenas, datado de 21/12/2022, encaminhando a Portaria 013 de 24 de novembro de 2022, na qual consta a nomeação da servidora K.V., para implementar a Ouvidoria em Saúde, que concentrará as reclamações, sugestões, demandas dos usuários, inclusive os de Saúde Mental. Porém, não comprovou a implantação do Sistema de Ouvidoria em Saúde da Secretaria Municipal de Saúde de Alfenas com o documento enviado e nem ficou demonstrada a realização da aferição da satisfação dos usuários, acolhimento e tratamento de denúncias relativas à Atenção à Saúde Mental no município.

Apuração: 28/09/2021 Procede:

Sim.

9. Descumprimento pelo IMED da sua atribuição de realização transporte dos pacientes.

Tipo: Assistência Média e Alta Complexidade

Demanda: 111937

Resultado da Denúncia: A Constatação Nº 637573 demonstra que a SMS de Alfenas disponibiliza um veículo específico de transporte para realização das atividades do CAPS.

Apuração: 28/09/2021 Não

Procede.

10. Falta de tratamento humanizado aos pacientes das comunidades terapêuticas. Demanda: 111937

Resultado da Denúncia: As comunidades terapêuticas não foram avaliadas pela equipe de auditoria.

11. Cuidadores não adotam medidas para apuração das causas e para o tratamento de pacientes que apresentam danos a sua integridade física.

Tipo: Assistência Média e Alta Complexidade

Demanda: 111937

Auditoria nº 675





Resultado da Denúncia: A constatação nº 637558 demonstra que os cuidadores dos Serviços Residenciais Terapêuticos adotam medidas para apuração das causas e para o tratamento de moradores que apresentam danos a sua integridade física, pois foram apresentados documentos constando registros das ocorrências de cada plantão realizado pelos cuidadores, onde verifica-se que os moradores que necessitaram de tratamento médico, foram levados para o serviço de urgência ou receberam atendimento na rede ambulatorial. Apuração: 28/09/2021 Não Procede.

12. Atrasos na Assistência prestada aos pacientes das Residências Terapêuticas.

Tipo: Assistência Média e Alta Complexidade

Demanda: 111937

Resultado da Denúncia: A constatação nº 637551 demonstra que não houve irregularidades na assistência prestada aos pacientes que tiveram óbito nas Residências Terapêuticas, pois foram apresentados documentos que demonstram a regularidade na assistência prestada aos pacientes que tiveram óbito nas Residências Terapêuticas e que foram objeto de análise, foram os prontuários dos moradores das SRTs, as Declarações de Óbitos e os Laudos do Instituto Médico Legal (IML). Apuração: 28/09/2021 Não Procede.

13. Imposição de trabalho forçado e não-remunerado a moradores de SRT por iniciativa de profissional referência técnica do Serviço.

Tipo: Assistência Média e Alta Complexidade

Demanda: 111937

Resultado da Denúncia: A constatação nº 637561 demonstra a ocorrência nos SRT de aplicação de trabalho como parte do PTS em conformidade com as práticas terapêuticas recomendadas, pois, foi verificado que os moradores realizam pequenas tarefas domésticas que estão ao seu alcance, como tirar o lixo, colocar a roupa no varal, lavar as louças, de acordo com sua condição de saúde, dentro da condição de cada um, desenvolvendo atividades domésticas não obrigatórias na residência.

Apuração: 28/09/2021 Não Procede.

14. Prática de extração dentária quando chega ao extremo da dor ao invés de tratamento precoce.

Tipo: Assistência Média e Alta Complexidade

Demanda: 111937

Resultado da Denúncia: A constatação nº 637562 demonstra que os usuários do CAPS e moradores das SRTs foram submetidos a vários procedimentos Odontológicos, realizados no Centro Odontológico Municipal e UNIFENAS, tais como restauração dentária, tratamento endodôntico, profilaxia e que todos os moradores possuíam escovas, dentífrico e fio Dental para higiene bucal e que os 10 moradores entrevistados, não possuíam dentes, que foram extraídos no período em que estiveram internados na clínica Neuropsiquiátrica de Alfenas (Bajé). Não foi constatado a prática de extração dentária quando chega ao extremo da dor ao invés de tratamento precoce, nos documentos analisados pela equipe de auditoria.

Apuração: 28/09/2021 Não Procede.

15. Responsáveis pelas residências não dão solução para os problemas relatados pelos cuidadores.

Tipo: Assistência Média e Alta Complexidade

Demanda: 111937

Resultado da Denúncia: A constatação nº 637559 demonstra que os Responsáveis pelos SRT adotam medidas para solucionar os problemas relatados pelos cuidadores, pois, foram apresentados também documentos constando registros das ocorrências de cada plantão realizado pelos cuidadores, onde verifica-se que os moradores que necessitaram de tratamento médico, foram levados para o serviço de urgência ou receberam atendimento na rede ambulatorial. Em Termos de Entrevistas com os cuidadores das SRTs e com os moradores das SRTs, verificou-se que há adoção de medidas, pelos Responsáveis pelos SRTs para solucionar os problemas relatados. Apuração: 28/09/2021 Não Procede.

16. Perseguição, assédio, falta de autonomia e adoecimento generalizado de funcionários da Saúde Mental.

Tipo: Assistência Média e Alta Complexidade

Demanda: 111937

Resultado da Denúncia: A constatação nº 637567 demonstra que não foram identificados registros ou relatos de casos de perseguição, assédio, falta de autonomia e adoecimento de funcionários de Saúde Mental do município de Alfenas após a IMED assumir o gerenciamento dos serviços de Saúde Mental, pois foi constatado que, os funcionários da IMED foram avaliados periodicamente em relação à saúde ocupacional, bem como foi garantido aos trabalhadores que precisaram realizar tratamentos de saúde afastamentos para a recuperação de sua saúde.

Apuração: 28/09/2021 Não Procede.

Auditoria nº 675



17. CAPS oferece irregularmente atendimento psicológico a mulheres interessadas em realizar procedimento contraceptivo de laqueadura.

Tipo: Assistência Média e Alta Complexidade

Demanda: 111937

Resultado da Denúncia: A constatação nº 637549 demonstra que o CAPS não realiza indevidamente atendimento psicológico a mulheres interessadas em realizar procedimento contraceptivo de laqueadura nos prontuários analisados, assim como nas informações colhidas do coordenador da APS T.L.S., os atendimentos psicológicos para planejamento familiar, os agendamentos de consultas são com os psicólogos D.J.S. e D.P.C. do Ambulatório Drº Plínio Coutinho.

Apuração: 28/09/2021 Não

Procede.

18. A empresa, seus gestores e coordenadores, não têm experiência com atenção psicossocial.

Tipo: Regulação

Demanda: 111937

Resultado da Denúncia: A constatação nº 637570 demonstra que a empresa IMED, seus gestores e coordenadores, não têm experiência com atenção psicossocial, pois, não foi exigida a experiência em atenção psicossocial da empresa IMED, no momento de sua seleção como OS para gerenciamento e execução de ações e serviços de saúde em unidades de saúde da rede assistencial da supervisão técnica de saúde de Alfenas e a mesma, no momento da contratação não exigiu para seus gestores e coordenadores, a experiência em atenção psicossocial. A Gestora do CAPS e a Supervisora de Saúde Mental, atuaram na atenção básica do município, porém não foi comprovada a experiência com atenção psicossocial por estas profissionais.

Apuração: 28/09/2021 Procede:

Sim.

19. As atribuições de supervisão e regulação da rede de serviços de saúde mental não são executados pela SMS.

Tipo: Regulação

Demanda: 111937

Resultado da Denúncia: A Constatação Nº: 637548 demonstra que as atribuições de supervisão e regulação da rede de serviços de saúde mental não são executados pela SMS e sim pelo IMED.

Apuração: 28/09/2021 Procede:

Sim.

20. A atenção psiquiátrica do CAPS não considera as decisões coletivas feitas em equipe, como determina a atenção psicossocial.

Tipo: Assistência Média e Alta Complexidade

Demanda: 111937

Resultado da Denúncia: A constatação Nº: 637564 demonstra que a atenção psiquiátrica do CAPS não considera as decisões coletivas feitas em equipe, como determina a atenção psicossocial, pois não houve registros de decisões coletivas feitas por equipe multiprofissional, nos prontuários analisados e nem foi verificado relatos de decisões coletivas pactuadas pela equipe nas Atas de reuniões que discutiram e avaliaram os pacientes do CAPS. Analisado o PTS, verificou-se que o mesmo não foi construído a partir de ampla avaliação e informações de outros pontos de atenção da rede de saúde, visto que, desde setembro de 2020, não houve registros de reuniões de matriciamento de pacientes da Atenção Primária da Saúde realizados pela equipe do CAPS.

Apuração: 28/09/2021 Procede:

Sim.

21. O Projeto Terapêutico Singular (PTS), elaborado apenas uma vez há mais de 2 anos, não funciona como deveria.

Tipo: Assistência Média e Alta Complexidade

Demanda: 111937

Resultado da Denúncia: A Constatação Nº: 637563 demonstra que o Projeto Terapêutico Singular (PTS) não está sendo desenvolvido e supervisionado conforme preconizado pela Política de Saúde Mental, pois, observa-se a falta de orientações e cuidados baseados na singularidade dos moradores e não está construído para todos os usuários, não está atualizado, e não foi construído a partir de uma visão interdisciplinar. Apuração: 28/09/2021 Procede:

22. As referências não supervisionam a consecução dos objetivos colocados pelo PTS, nem orientam os cuidadores para que o sigam.

Tipo: Assistência Média e Alta Complexidade

Demanda: 111937



Resultado da Denúncia: A constatação nº 637561 demonstra ocorrência nos SRT de aplicação de trabalho como parte do PTS em conformidade com as práticas terapêuticas recomendadas, pois, o trabalho descrito nos mesmos, estão em conformidade com as práticas terapêuticas recomendadas. Os moradores realizam pequenas tarefas domésticas que estão ao seu alcance, como tirar o lixo, colocar a roupa no varal, lavar as louças, de acordo com sua condição de saúde, dentro da condição de cada um, desenvolvendo atividades domésticas não obrigatórias na residência. Em Termo de Entrevista, a Referência Técnica, S.J.E., declarou: “ Vale ressaltar que nenhum morador exerce qualquer trabalho remunerado, realizando apenas as atividades prevista no PTS de cada morador, atividades estas executadas dentro das residências”.

Apuração: 28/09/2021 Não  
Procede.

23. Não há visitas a familiares pelo CAPS desde antes da pandemia, nem qualquer trabalho com os familiares.

Tipo: Assistência Média e Alta Complexidade

Demanda: 111937

Resultado da Denúncia: A constatação nº 637565 demonstra que há registros de reuniões entre moradores das SRTs e Referências Técnicas e demais colaboradores, Porém, constatou-se que não houve um trabalho sistematizado com os familiares, com cronograma, planejamento e objetivos específicos com atividades comunitárias enfocando a integração do usuário de saúde mental na comunidade e sua inserção familiar e social.

Apuração: 28/09/2021 Procede:  
Sim.

24. Residência Terapêutica sem o devido respeito à legislação sobre a composição da equipe.

Tipo: Assistência Média e Alta Complexidade

Demanda: 111937

Resultado da Denúncia: A constatação nº: 637568 demonstra que a composição das equipes das residências terapêuticas não está conforme legislação aplicável, pois, não conta no seu quadro com o profissional técnico de enfermagem e nem com 5 cuidadores fixos por residência.

Apuração: 28/09/2021 Procede:  
Sim.

25. As Referências Técnicas cuidam de todas as casas. a divisão do cargo é feita pelos turnos de trabalho (manhã-tarde -noite) e as funções são compartimentadas por setores (medicações, questões clínicas e compras), diluindo a autoridade, prejudicando a organização e reduzindo consideravelmente a resolubilidade dos problemas culminando em prejuízo do ponto de vista terapêutico. Tipo: Assistência Média e Alta Complexidade

Demanda: 111937

Resultado da Denúncia: A constatação Nº 637569 demonstra que as referências Técnicas cuidam de todas as casas, resolvendo os problemas que surgem no dia, ou seja, caso precisar de alguma medicação ou alimentos, ou questões clínicas dos moradores, elas são acionadas pelos cuidadores.

Apuração: 28/09/2021 Não  
Procede.

26. CAPS não funciona como Serviço de Referência para as residências. O morador só vai no CAPS em caso de extrema urgência hoje (um morador está agitado ou em surto não há suporte do CAPS, mesmo que a situação perdure por dia). Tipo: Assistência Média e Alta Complexidade

Demanda: 111937 Resultado da

Denúncia:

A Constatação Nº 637552 demonstra que os moradores dos Serviços Residenciais Terapêuticos recebem assistência medicamentosa de acordo com as respectivas prescrições. Em análise dos prontuários dos moradores dos SRTs, verificou-se a existência de consulta médica com os registros das prescrições. Havendo a necessidade de alteração das medicações do morador, ele passa por nova consulta. Apuração: 28/09/2021 Não Procede.

27. Ausência de regularidade nas consultas dos pacientes no CAPS.

Tipo: Assistência Média e Alta Complexidade

Demanda: 111937

Resultado da Denúncia: A Constatação Nº 637552 demonstra que os moradores dos Serviços Residenciais Terapêuticos recebem assistência medicamentosa de acordo com as respectivas prescrições. Em análise dos prontuários dos moradores dos SRTs, verificou-se a existência de consulta médica com os registros das prescrições. Havendo a necessidade de alteração das medicações do morador, ele passa por nova consulta.

Apuração: 28/09/2021 Não  
Procede.



28. Medicamentos são alterados sem que o morador passe por consulta médica.

Tipo: Assistência Médica e Alta Complexidade

Demanda: 111937

Resultado da Denúncia: A Constatação Nº 637552 demonstra que os moradores dos Serviços Residenciais Terapêuticos recebem assistência medicamentosa de acordo com as respectivas prescrições. Em análise dos prontuários dos moradores dos SRTs, verificou-se a existência de consulta médica com os registros das prescrições. Havendo a necessidade de alteração das medicações do morador, ele passa por nova consulta.

Apuração: 28/09/2021 Não

Procede.

29. Não há suporte (Capacitação e/ou supervisão institucional) para os trabalhadores do CAPS nem para os cuidadores das residências.

Tipo: Gestão do Trabalho e Educação em Saúde

Demanda: 111937

Resultado da Denúncia:

A Constatação Nº 637571 demonstra que não há suporte (Capacitação e/ou supervisão institucional) para os trabalhadores do CAPS. Constatou-se que as capacitações e suporte técnico aos trabalhadores do CAPS e aos cuidadores das residências, são insuficientes para atender a real necessidade do trabalho desenvolvido em Saúde Mental, uma vez que o PTS não atende a singularidade de cada morador, falta treinamento específicos para os cuidadores em saúde mental e os profissionais do CAPS estão em estágio inicial de implantação do PTS nas residências terapêuticas. As reuniões de equipe multiprofissionais são esporádicas e falta evolução dos profissionais das equipes nos prontuários analisados. A SMS de Alfenas, em suas justificativas, enviadas por meio do Ofício Nº209/2022- Secretaria Municipal de Saúde de Alfenas, datado de 21/12/2022, comprovou apenas os registro de educação continuada, Atas de treinamento em serviços para os cuidadores das SRTs, demonstrando que foram realizadas capacitações e suporte técnico aos cuidadores das residências, porém não ficou demonstrado na justificativa apresentada as capacitações e suporte técnico que foram realizados com os trabalhadores do CAPS. Apuração: 28/09/2021

Procede: Parcialmente.

30. Carro do CAPS frequentemente fica sem gasolina.

Tipo: Assistência Médica e Alta Complexidade

Demanda: 111937

Resultado da Denúncia:

A Constatação Nº 637573 demonstra que a SMS de Alfenas disponibiliza um veículo específico de transporte para realização das atividades do CAPS, não sendo evidenciado pela equipe de auditoria, a falta de combustível no carro do CAPS. Apuração: 28/09/2021 Não Procede.

31. Uso do carro do CAPS para fins particulares.

Tipo: Recursos Humanos

Demanda: 111937

Resultado da Denúncia: A Constatação Nº 637574 demonstra que O veículo do CAPS não é utilizado para fins particulares. Não houve nos prontuários, entrevistas e termos de Entrevista, nenhum indício de ocorrência de uso de veículos do CAPS com fins particulares. Apuração: 28/09/2021 Não Procede.

32. O CAPS não acolhe adequadamente às demandas oriundas da Atenção Primária e dos Serviços de Urgência.

Tipo: Assistência Médica e Alta Complexidade

Demanda: 111937

Resultado da Denúncia:

A Constatação Nº 637554 demonstra que o CAPS não acolhe adequadamente às demandas oriundas da Atenção Primária e dos Serviços de Urgência. Este atendimento deveria ser de forma matricial, que para assistência aos pacientes de saúde mental é considerado o mais adequado. O matriciamento visa transformar a lógica tradicional, por meio de ações mais horizontais, que integrem os diversos níveis de assistência e o que foi constatado foi que iniciou-se o matriciamento no mês de junho de 2020 e foi interrompido no mês de setembro por causa da pandemia e não foi retomado pela equipe do CAPS até o período da auditoria. Verificou ainda que o quantitativo de médicos com especialidade em psiquiatria é de apenas 1 profissional com carga horária de 10 horas, insuficiente para atender as demandas de saúde mental oriundas da Atenção Primária e dos Serviços de Urgência.

Apuração: 28/09/2021 Procede:

Sim.

33. Há demanda reprimida para atendimento psicológico na Rede Pública de Saúde.

Auditoria nº 675



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



Tipo: Assistência Média e Alta Complexidade

Demanda: 111937

Resultado da Denúncia: A Constatação nº 637550 demonstra que há demanda reprimida para atendimento psicológico na Rede Pública de Saúde. Constatou-se que há um número reduzido de profissionais psicólogos com vínculo público para atender as demandas de atendimentos psicológicos da população em geral, o que prejudica a integralidade da assistência ofertada pelo município. Apuração: 28/09/2021 Procede: Sim.

#### Conclusão:

Auditoria Especial na Secretaria Municipal de Alfenas realizada no período de Janeiro de 2018 a outubro de 2021, a fim de verificar se os princípios, políticas e regras do SUS no âmbito da Política de Saúde Mental estão sendo observados, principalmente quanto à organização, funcionamento e resultados esperados e verificar as práticas dos serviços prestados pela O.S. nas unidades do CAPS e Residências Terapêuticas, analisando se estas estão de acordo com a legislação vigente e apurar a ocorrência de irregularidades no gerenciamento das unidades prestadoras de Atenção à Saúde Mental realizado pela O.S. contratada pela SMS. Foram identificadas não conformidades quanto à observação pela SMS de Alfenas dos princípios, políticas e regras do SUS no âmbito da Política de Saúde Mental, destacando-se os seguintes pontos: as atribuições de supervisão e regulação da rede de serviços de saúde mental não estão sendo executadas pela SMS, mas sim, pelo IMED; o município de Alfenas não possui a RAPS totalmente implantada pois o mesmo não conta com CAPS AD implantado em seu território para o atendimento de pessoas com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas; ocorreu contratação irregular de vagas e financiamento com recursos da RAPS/SUS às comunidades terapêuticas; houve a utilização de recursos do Fundo Municipal de Saúde de Alfenas com despesas diversas daquelas previstas em lei como ações e serviços públicos de saúde (Termos de Colaboração firmados entre a SMS de Alfenas com a Organização da Sociedade Civil - OSC Grupo Arco Iris de Misericórdia de Alfenas: Termo de Colaboração nº 004/2018, 1º Termo Aditivo ao Termo de Colaboração nº 004/2018, Termo de Colaboração nº 014/2019, Termo de Colaboração nº 011/2021 e 1º Termo Aditivo ao Termo de Colaboração nº 014/2019); existe demanda reprimida para atendimento psicológico e não possui Sistema de Ouvidoria em Saúde para acolher diretamente as demandas da saúde, sendo que estas estão sendo acolhidas, tratadas e avaliadas pelo IMED ou estão sendo acolhidas pela Ouvidoria Municipal. Foram identificadas não conformidades quanto às práticas dos serviços prestados pela O.S. contratada pela SMS nas unidades de CAPS e Residências Terapêuticas no exercício da atividade desenvolvida pelo Instituto de Medicina, Estudos e Desenvolvimento/IMED, destacando-se os seguintes pontos: as internações de usuários de saúde mental estão sendo realizadas em Comunidades Terapêuticas e na Clínica Neuropsiquiátrica de Alfenas, já descredenciada do SUS; nos prontuários analisados há apenas os registros dos atendimentos médicos, não constando registros dos demais profissionais com relação ao atendimento individual, em grupo ou atendimentos com seus familiares; não constam no Plano Terapêutico Singular (PTS) e nos prontuários as orientações e cuidados baseados na singularidade dos moradores que são portadores de doenças crônicas e as orientações quanto aos riscos físicos para os moradores portadores de necessidades especiais; não há um trabalho sistematizado com os familiares, com cronograma, planejamento e objetivos específicos com atividades comunitárias enfocando a integração do usuário de saúde mental na comunidade e sua inserção familiar e social; os cuidadores das residências terapêuticas contratados pela IMED não recebem treinamento e acompanhamento ao assumirem atribuições; o CAPS não possui protocolo odontológico específico para os usuários de saúde mental, não propiciando ações de diagnóstico e tratamento precoce conservador; o PTS, não está sendo construído para todos os usuários a partir de uma visão interdisciplinar e o CAPS Alfenas é habilitado pelo Ministério da Saúde e não está apresentando sua produção através do RAAS- Registro das Ações Ambulatoriais de Saúde. Foram identificadas não conformidades quanto ao gerenciamento das unidades prestadoras de Atenção à Saúde Mental pela O.S. contratada pela SMS de Alfenas, destacando-se os seguintes pontos: não foi exigida a experiência em atenção psicossocial da empresa IMED, no momento de sua seleção como OS para gerenciamento e execução de ações e serviços de saúde em unidades de saúde da rede assistencial da supervisão técnica de saúde de Alfenas e a mesma, no momento da contratação, não exigiu para seus gestores e coordenadores, a experiência em atenção psicossocial; o quantitativo de médico psiquiatra é de apenas 1 profissional com carga horária de 10 horas, insuficiente para atender as demandas de saúde mental oriundas da Atenção Primária e dos Serviços de Urgência; o serviço funciona de portas abertas, porém com lógica de atendimento ambulatorial, ou seja, de demanda espontânea e encaminhamentos, não de forma matricial, para assistência aos pacientes de saúde mental que é considerado o mais adequado; os Serviços Residenciais Terapêuticos – SRTs, possuem número insuficiente de profissionais cuidadores, não contando com 5 cuidadores fixos por residência e não possuem técnicos de enfermagem e falta capacitações e suporte técnico aos trabalhadores do CAPS. Foram apresentadas justificativas pela Secretaria Municipal de Saúde de Alfenas, porém não ficaram comprovadas as correções das não conformidades apontadas neste relatório, sendo emitidas as recomendações para cada justificativa não acatada, que deverão ser implementadas, de acordo os princípios, políticas e regras do SUS, no âmbito da Política de Saúde Mental.

#### XI - ANEXOS

#### TABELA 01 - EXECUÇÃO PROESC

Auditoria nº 675





# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

## Relatório Consolidado



TABELA 01: EXECUÇÃO CONTRADO COM PROJETO ESPERANÇA E CRISTO JESUS

Instrumento Jurídico	Vigência	Valor Global	Valor Mensal	Valor por Paciente/Mês	Total Pacientes Assistidos /Mês	Valor Total Pagamentos
Termo de Colaboração nº 18/2018	08/03/2019	R\$ 2.545.043,00	R\$ 212.086,93	R\$ 1.413,91	150	R\$ 2.120.869,20
1º Aditamento ao Termo de Colaboração nº 18/2018	17/12/2018 a 08/03/2019	R\$ 2.657.812,50	R\$ 221.484,37	R\$ 1.384,28	150	
2º Aditamento ao Termo de Colaboração nº 18/2018	07/03/2019 a 06/03/2020	R\$ 2.545.043,00	R\$ 212.086,93	R\$ 1.413,91	150	R\$ 2.693.441,39
3º Aditamento ao Termo de Colaboração nº 18/2018	02/09/2019 a 06/03/2020	R\$ 1.328.908,80 + * R\$ 84.577,05	R\$ 221.484,80	R\$ 1.384,28	160	
4º Aditamento ao Termo de Colaboração nº 18/2018	17/12/2019 a 06/03/2020	R\$ 990.865,20	R\$ 247.716,30	R\$ 1.303,77	190	
5º Aditamento ao Termo de Colaboração nº 18/2018	07/03/2020 a 06/03/2021	R\$ 2.972.595,60	R\$ 247.716,30	R\$ 1.303,77	190	3.046.790,64
6º Aditamento ao Termo de Colaboração nº 18/2018	03/11/2020 a 06/03/2021	R\$ 1.244.082,00	R\$ 248.816,40	R\$ 1.303,77	220	
8º Aditamento ao Termo de Colaboração nº 18/2018 **	08/03/2021 a 07/03/2022	R\$ 2.985.796,80	R\$ 248.816,40	R\$ 1.303,77	220	2.694.663,03
TOTAL						R\$ 10.555.764,26

\* Valor pago a menos no período de janeiro a setembro de 2019.

\*\* O 8º Aditamento foi sequencial ao 6º Aditamento

Fonte: Termo de Colaboração nº: 18/2018 e 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º e 8º Termo Aditivo ao Termo de Colaboração nº 18/2019; Despesas por Credor: Projeto Esperança em Cristo Jesus no período de 2018 a set/ 2021, disponível em [https://e-gov.betha.com.br/transparencia/01037-127/con\\_gastoporfavorecido.faces?mun=rEa-e6lknR8](https://e-gov.betha.com.br/transparencia/01037-127/con_gastoporfavorecido.faces?mun=rEa-e6lknR8)= consulta em 26/10/2021



**TABELA 02 - EXECUÇÃO ARCO ÍRIS**





# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

## Relatório Consolidado



TABELA 02 - EXECUÇÃO CONTRATO COMGRUPO ARCO ÍRIS DE MISERICÓRDIA DE ALFENAS

Instrumento Jurídico	Vigência	Valor Global	Valor Parcelas	Número e Valor Pagamentos	Valor Total Pagamentos
Termo de Colaboração nº 004/2018	07/02/2019	R\$ 198.000,00	R\$ 18.000,00	11 x R\$ 18.000,00	R\$ 198.000,00
1º Termo Aditivo ao Termo de Colaboração nº 004/2018	07/04/2019	Prorroga vigencia	R\$ 18.000,00	01 x R\$2.200,00 03 x R\$ 18.000,00	R\$ 56.200,00
Termo de Colaboração nº 014/2019	15/05/2020	R\$ 240.000,00	R\$ 20.000,00	13 x R\$ 20.000,00	R\$ 260.000,00
1º Termo Aditivo ao Termo de Colaboração nº 014/2019	31/12/2020	R\$ 160.000,00	R\$ 22.000,00	02 x R\$ 23.000,00 05 x R\$ 22.000,00	R\$ 156.000,00
Termo de Colaboração nº 011/2021	31/03/2022	R\$ 276.000,00	R\$ 23.000,00	05 x R\$ 23.000,00	R\$ 115.000,00
Total					R\$ 785.200,00

Fonte: Processos de pagamentos efetuados ao Grupo Arco Íris de Misericórdia de Alfenas no período de 2018 a set/2021, Termo de Colaboração nº 004/2018, 1º Termo Aditivo ao Termo de Colaboração nº 004/2018, Termo de Colaboração nº 014/2019, 1º Termo Aditivo ao Termo de Colaboração nº 014/2019 e Termo de Colaboração nº 011/2021.



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

## Relatório Consolidado



### ANEXO 01 - DEMONSTRATIVO DE DÉBITO

#### DEMONSTRATIVO DE DÉBITO

(Art. 28 c/c os arts. 24 e 23, III, b da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, 2º e 3º da Lei nº 6.822/80)

(De acordo com a Decisão 1.122/2000 TCU-Plenário e o Acórdão 1603/2011-Plenário com alterações do Acórdão 1247/2012-Plenário)

Responsável (eis):

Origem(ens) do débito:

Período: 02/03/2018 a 24/11/2022

#### HISTÓRICO

Data Evento	D/C	Valor
02/03/2018	D	R\$ 18.000,00
21/03/2018	D	R\$ 18.000,00
18/04/2018	D	R\$ 18.000,00
29/05/2018	D	R\$ 18.000,00
03/07/2018	D	R\$ 18.000,00
07/08/2018	D	R\$ 18.000,00
06/09/2018	D	R\$ 18.000,00
17/10/2018	D	R\$ 18.000,00
21/11/2018	D	R\$ 18.000,00
19/12/2018	D	R\$ 18.000,00
16/01/2019	D	R\$ 18.000,00
11/03/2019	D	R\$ 20.200,00
11/04/2019	D	R\$ 18.000,00
27/05/2019	D	R\$ 18.000,00
02/07/2019	D	R\$ 20.000,00
24/07/2019	D	R\$ 20.000,00
23/08/2019	D	R\$ 20.000,00
02/10/2019	D	R\$ 20.000,00
28/10/2019	D	R\$ 20.000,00
02/12/2019	D	R\$ 20.000,00
23/12/2019	D	R\$ 20.000,00
10/02/2020	D	R\$ 20.000,00
19/02/2020	D	R\$ 20.000,00
10/03/2020	D	R\$ 20.000,00
07/04/2020	D	R\$ 20.000,00
12/05/2020	D	R\$ 20.000,00
17/06/2020	D	R\$ 20.000,00
14/07/2020	D	R\$ 23.000,00
18/08/2020	D	R\$ 23.000,00
21/09/2020	D	R\$ 22.000,00
11/11/2020	D	R\$ 22.000,00
27/11/2020	D	R\$ 22.000,00
17/12/2020	D	R\$ 22.000,00
23/02/2021	D	R\$ 22.000,00
14/05/2021	D	R\$ 23.000,00

#### RESUMO

Saldo do débito em 24/11/2022

R\$ 949.559,44



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

## Relatório Consolidado



### ANEXO 01 - DEMONSTRATIVO DE DÉBITO

#### DEMONSTRATIVO DE DÉBITO

(Art. 28 c/c os arts. 24 e 23, III, b da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, 2º e 3º da Lei nº 6.822/80)  
(De acordo com a Decisão 1.122/2000 TCU-Plenário e o Acórdão 1603/2011-Plenário com alterações do Acórdão 1247/2012-Plenário)

Data Evento	D/C	Valor
22/06/2021	D	R\$ 23.000,00
19/07/2021	D	R\$ 23.000,00
11/08/2021	D	R\$ 23.000,00
19/08/2021	D	R\$ 23.000,00

#### DETALHAMENTO DO CÁLCULO

001)	Resultado da soma do Débito de R\$ 18.000,00 em 02/03/2018 e do Principal Atualizado até a mesma data no valor de R\$ 0,00	18.000,00
002)	Atualização monetária do valor de R\$ 18.000,00 no período de 02/03/2018 até 21/03/2018, utilizando-se o coeficiente 1,00000000, obtido com a divisão do valor do nº índice-IPCA de 2,96926713, vigente em 21/03/2018, pelo valor do nº índice-IPCA de 2,96926713, em vigor em 02/03/2018	18.000,00
003)	Resultado da soma do Débito de R\$ 18.000,00 em 21/03/2018 e do Principal Atualizado até a mesma data no valor de R\$ 18.000,00	36.000,00
004)	Atualização monetária do valor de R\$ 36.000,00 no período de 21/03/2018 até 18/04/2018, utilizando-se o coeficiente 1,00089991, obtido com a divisão do valor do nº índice-IPCA de 2,97193933, vigente em 18/04/2018, pelo valor do nº índice-IPCA de 2,96926713, em vigor em 21/03/2018	36.032,40
005)	Resultado da soma do Débito de R\$ 18.000,00 em 18/04/2018 e do Principal Atualizado até a mesma data no valor de R\$ 36.032,40	54.032,40
006)	Atualização monetária do valor de R\$ 54.032,40 no período de 18/04/2018 até 29/05/2018, utilizando-se o coeficiente 1,00220001, obtido com a divisão do valor do nº índice-IPCA de 2,97847772, vigente em 29/05/2018, pelo valor do nº índice-IPCA de 2,97193933, em vigor em 18/04/2018	54.151,27
007)	Resultado da soma do Débito de R\$ 18.000,00 em 29/05/2018 e do Principal Atualizado até a mesma data no valor de R\$ 54.151,27	72.151,27
008)	Atualização monetária do valor de R\$ 72.151,27 no período de 29/05/2018 até 03/07/2018, utilizando-se o coeficiente 1,01665032, obtido com a divisão do	73.352,61





# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais



## Relatório Consolidado

### ANEXO 01 - DEMONSTRATIVO DE DÉBITO

#### DEMONSTRATIVO DE DÉBITO

(Art. 28 c/c os arts. 24 e 23, III, b da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, 2º e 3º da Lei nº 6.822/80)  
(De acordo com a Decisão 1.122/2000 TCU-Plenário e o Acórdão 1603/2011-Plenário com alterações do Acórdão 1247/2012-Plenário)

	valor do nº índice-IPCA de 3,02807045, vigente em 03/07/2018, pelo valor do nº índice-IPCA de 2,97847772, em vigor em 29/05/2018	
009)	Resultado da soma do Débito de R\$ 18.000,00 em 03/07/2018 e do Principal Atualizado até a mesma data no valor de R\$ 73.352,61	91.352,61
010)	Atualização monetária do valor de R\$ 91.352,61 no período de 03/07/2018 até 07/08/2018, utilizando-se o coeficiente 1,00329995, obtido com a divisão do valor do nº índice-IPCA de 3,03806305, vigente em 07/08/2018, pelo valor do nº índice-IPCA de 3,02807045, em vigor em 03/07/2018	91.654,07
011)	Resultado da soma do Débito de R\$ 18.000,00 em 07/08/2018 e do Principal Atualizado até a mesma data no valor de R\$ 91.654,07	109.654,07
012)	Atualização monetária do valor de R\$ 109.654,07 no período de 07/08/2018 até 06/09/2018, utilizando-se o coeficiente 0,99910003, obtido com a divisão do valor do nº índice-IPCA de 3,03532887, vigente em 06/09/2018, pelo valor do nº índice-IPCA de 3,03806305, em vigor em 07/08/2018	109.555,38
013)	Resultado da soma do Débito de R\$ 18.000,00 em 06/09/2018 e do Principal Atualizado até a mesma data no valor de R\$ 109.555,38	127.555,38
014)	Atualização monetária do valor de R\$ 127.555,38 no período de 06/09/2018 até 17/10/2018, utilizando-se o coeficiente 1,00479996, obtido com a divisão do valor do nº índice-IPCA de 3,04989839, vigente em 17/10/2018, pelo valor do nº índice-IPCA de 3,03532887, em vigor em 06/09/2018	128.167,64
015)	Resultado da soma do Débito de R\$ 18.000,00 em 17/10/2018 e do Principal Atualizado até a mesma data no valor de R\$ 128.167,64	146.167,64
016)	Atualização monetária do valor de R\$ 146.167,64 no período de 17/10/2018 até 21/11/2018, utilizando-se o coeficiente 1,00450003, obtido com a divisão do valor do nº índice-IPCA de 3,06362295, vigente em 21/11/2018, pelo valor do nº índice-IPCA de 3,04989839, em vigor em 17/10/2018	146.825,41
017)	Resultado da soma do Débito de R\$ 18.000,00 em 21/11/2018 e do Principal Atualizado até a mesma data no valor de R\$ 146.825,41	164.825,41



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



## ANEXO 01 - DEMONSTRATIVO DE DÉBITO

### DEMONSTRATIVO DE DÉBITO

(Art. 28 c/c os arts. 24 e 23, III, b da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, 2º e 3º da Lei nº 6.822/80)

(De acordo com a Decisão 1.122/2000 TCU-Plenário e o Acórdão 1603/2011-Plenário com alterações do Acórdão 1247/2012-Plenário)

018)	Atualização monetária do valor de R\$ 164.825,41 no período de 21/11/2018 até 19/12/2018, utilizando-se o coeficiente 0,99790007, obtido com a divisão do valor do nº índice-IPCA de 3,05718946, vigente em 19/12/2018, pelo valor do nº índice-IPCA de 3,06362295, em vigor em 21/11/2018	164.479,28
019)	Resultado da soma do Débito de R\$ 18.000,00 em 19/12/2018 e do Principal Atualizado até a mesma data no valor de R\$ 164.479,28	182.479,28
020)	Atualização monetária do valor de R\$ 182.479,28 no período de 19/12/2018 até 16/01/2019, utilizando-se o coeficiente 1,00150001, obtido com a divisão do valor do nº índice-IPCA de 3,06177521, vigente em 16/01/2019, pelo valor do nº índice-IPCA de 3,05718946, em vigor em 19/12/2018	182.753,00
021)	Resultado da soma do Débito de R\$ 18.000,00 em 16/01/2019 e do Principal Atualizado até a mesma data no valor de R\$ 182.753,00	200.753,00
022)	Atualização monetária do valor de R\$ 200.753,00 no período de 16/01/2019 até 11/03/2019, utilizando-se o coeficiente 1,00751376, obtido com a divisão do valor do nº índice-IPCA de 3,08478069, vigente em 11/03/2019, pelo valor do nº índice-IPCA de 3,06177521, em vigor em 16/01/2019	202.261,41
023)	Resultado da soma do Débito de R\$ 20.200,00 em 11/03/2019 e do Principal Atualizado até a mesma data no valor de R\$ 202.261,41	222.461,41
024)	Atualização monetária do valor de R\$ 222.461,41 no período de 11/03/2019 até 11/04/2019, utilizando-se o coeficiente 1,00750005, obtido com a divisão do valor do nº índice-IPCA de 3,10791659, vigente em 11/04/2019, pelo valor do nº índice-IPCA de 3,08478069, em vigor em 11/03/2019	224.129,88
025)	Resultado da soma do Débito de R\$ 18.000,00 em 11/04/2019 e do Principal Atualizado até a mesma data no valor de R\$ 224.129,88	242.129,88
026)	Atualização monetária do valor de R\$ 242.129,88 no período de 11/04/2019 até 27/05/2019, utilizando-se o coeficiente 1,00569999, obtido com a divisão do valor do nº índice-IPCA de 3,12563157, vigente em 27/05/2019, pelo valor do nº índice-IPCA de 3,10791659, em vigor em 11/04/2019	243.510,02



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



## ANEXO 01 - DEMONSTRATIVO DE DÉBITO

### DEMONSTRATIVO DE DÉBITO

(Art. 28 c/c os arts. 24 e 23, III, b da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, 2º e 3º da Lei nº 6.822/80)

(De acordo com a Decisão 1.122/2000 TCU-Plenário e o Acórdão 1603/2011-Plenário com alterações do Acórdão 1247/2012-Plenário)

027)	Resultado da soma do Débito de R\$ 18.000,00 em 27/05/2019 e do Principal Atualizado até a mesma data no valor de R\$ 243.510,02	261.510,02
028)	Atualização monetária do valor de R\$ 261.510,02 no período de 27/05/2019 até 02/07/2019, utilizando-se o coeficiente 1,00140011, obtido com a divisão do valor do nº índice-IPCA de 3,13000798, vigente em 02/07/2019, pelo valor do nº índice-IPCA de 3,12563157, em vigor em 27/05/2019	261.876,16
029)	Resultado da soma do Débito de R\$ 20.000,00 em 02/07/2019 e do Principal Atualizado até a mesma data no valor de R\$ 261.876,16	281.876,16
030)	Atualização monetária do valor de R\$ 281.876,16 no período de 02/07/2019 até 24/07/2019, utilizando-se o coeficiente 1,00000000, obtido com a divisão do valor do nº índice-IPCA de 3,13000798, vigente em 24/07/2019, pelo valor do nº índice-IPCA de 3,13000798, em vigor em 02/07/2019	281.876,16
031)	Resultado da soma do Débito de R\$ 20.000,00 em 24/07/2019 e do Principal Atualizado até a mesma data no valor de R\$ 281.876,16	301.876,16
032)	Atualização monetária do valor de R\$ 301.876,16 no período de 24/07/2019 até 23/08/2019, utilizando-se o coeficiente 1,00189996, obtido com a divisão do valor do nº índice-IPCA de 3,13595486, vigente em 23/08/2019, pelo valor do nº índice-IPCA de 3,13000798, em vigor em 24/07/2019	302.449,72
033)	Resultado da soma do Débito de R\$ 20.000,00 em 23/08/2019 e do Principal Atualizado até a mesma data no valor de R\$ 302.449,72	322.449,72
034)	Atualização monetária do valor de R\$ 322.449,72 no período de 23/08/2019 até 02/10/2019, utilizando-se o coeficiente 1,00069964, obtido com a divisão do valor do nº índice-IPCA de 3,13814878, vigente em 02/10/2019, pelo valor do nº índice-IPCA de 3,13595486, em vigor em 23/08/2019	322.675,31
035)	Resultado da soma do Débito de R\$ 20.000,00 em 02/10/2019 e do Principal Atualizado até a mesma data no valor de R\$ 322.675,31	342.675,31
036)	Atualização monetária do valor de R\$ 342.675,31 no período de 02/10/2019 até 28/10/2019, utilizando-se o coeficiente 1,00000000, obtido com a divisão do	342.675,31





# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

## Relatório Consolidado



### ANEXO 01 - DEMONSTRATIVO DE DÉBITO

#### DEMONSTRATIVO DE DÉBITO

(Art. 28 c/c os arts. 24 e 23, III, b da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, 2º e 3º da Lei nº 6.822/80)

(De acordo com a Decisão 1.122/2000 TCU-Plenário e o Acórdão 1603/2011-Plenário com alterações do Acórdão 1247/2012-Plenário)

	valor do nº índice-IPCA de 3,13814878, vigente em 28/10/2019, pelo valor do nº índice-IPCA de 3,13814878, em vigor em 02/10/2019	
037)	Resultado da soma do Débito de R\$ 20.000,00 em 28/10/2019 e do Principal Atualizado até a mesma data no valor de R\$ 342.675,31	362.675,31
038)	Atualização monetária do valor de R\$ 362.675,31 no período de 28/10/2019 até 02/12/2019, utilizando-se o coeficiente 1,00610507, obtido com a divisão do valor do nº índice-IPCA de 3,15730739, vigente em 02/12/2019, pelo valor do nº índice-IPCA de 3,13814878, em vigor em 28/10/2019	364.889,47
039)	Resultado da soma do Débito de R\$ 20.000,00 em 02/12/2019 e do Principal Atualizado até a mesma data no valor de R\$ 364.889,47	384.889,47
040)	Atualização monetária do valor de R\$ 384.889,47 no período de 02/12/2019 até 23/12/2019, utilizando-se o coeficiente 1,00000000, obtido com a divisão do valor do nº índice-IPCA de 3,15730739, vigente em 23/12/2019, pelo valor do nº índice-IPCA de 3,15730739, em vigor em 02/12/2019	384.889,47
041)	Resultado da soma do Débito de R\$ 20.000,00 em 23/12/2019 e do Principal Atualizado até a mesma data no valor de R\$ 384.889,47	404.889,47
042)	Atualização monetária do valor de R\$ 404.889,47 no período de 23/12/2019 até 10/02/2020, utilizando-se o coeficiente 1,01362419, obtido com a divisão do valor do nº índice-IPCA de 3,20032310, vigente em 10/02/2020, pelo valor do nº índice-IPCA de 3,15730739, em vigor em 23/12/2019	410.405,75
043)	Resultado da soma do Débito de R\$ 20.000,00 em 10/02/2020 e do Principal Atualizado até a mesma data no valor de R\$ 410.405,75	430.405,75
044)	Atualização monetária do valor de R\$ 430.405,75 no período de 10/02/2020 até 19/02/2020, utilizando-se o coeficiente 1,00000000, obtido com a divisão do valor do nº índice-IPCA de 3,20032310, vigente em 19/02/2020, pelo valor do nº índice-IPCA de 3,20032310, em vigor em 10/02/2020	430.405,75
045)	Resultado da soma do Débito de R\$ 20.000,00 em 19/02/2020 e do Principal Atualizado até a mesma data no valor de R\$ 430.405,75	450.405,75



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



## ANEXO 01 - DEMONSTRATIVO DE DÉBITO

### DEMONSTRATIVO DE DÉBITO

(Art. 28 c/c os arts. 24 e 23, III, b da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, 2º e 3º da Lei nº 6.822/80)

(De acordo com a Decisão 1.122/2000 TCU-Plenário e o Acórdão 1603/2011-Plenário com alterações do Acórdão 1247/2012-Plenário)

046)	Atualização monetária do valor de R\$ 450.405,75 no período de 19/02/2020 até 10/03/2020, utilizando-se o coeficiente 1,00250006, obtido com a divisão do valor do nº índice-IPCA de 3,20832396, vigente em 10/03/2020, pelo valor do nº índice-IPCA de 3,20032310, em vigor em 19/02/2020	451.531,78
047)	Resultado da soma do Débito de R\$ 20.000,00 em 10/03/2020 e do Principal Atualizado até a mesma data no valor de R\$ 451.531,78	471.531,78
048)	Atualização monetária do valor de R\$ 471.531,78 no período de 10/03/2020 até 07/04/2020, utilizando-se o coeficiente 1,00070000, obtido com a divisão do valor do nº índice-IPCA de 3,21056962, vigente em 07/04/2020, pelo valor do nº índice-IPCA de 3,20832396, em vigor em 10/03/2020	471.861,84
049)	Resultado da soma do Débito de R\$ 20.000,00 em 07/04/2020 e do Principal Atualizado até a mesma data no valor de R\$ 471.861,84	491.861,84
050)	Atualização monetária do valor de R\$ 491.861,84 no período de 07/04/2020 até 12/05/2020, utilizando-se o coeficiente 0,99689996, obtido com a divisão do valor do nº índice-IPCA de 3,20061684, vigente em 12/05/2020, pelo valor do nº índice-IPCA de 3,21056962, em vigor em 07/04/2020	490.337,06
051)	Resultado da soma do Débito de R\$ 20.000,00 em 12/05/2020 e do Principal Atualizado até a mesma data no valor de R\$ 490.337,06	510.337,06
052)	Atualização monetária do valor de R\$ 510.337,06 no período de 12/05/2020 até 17/06/2020, utilizando-se o coeficiente 0,99620003, obtido com a divisão do valor do nº índice-IPCA de 3,18845463, vigente em 17/06/2020, pelo valor do nº índice-IPCA de 3,20061684, em vigor em 12/05/2020	508.397,78
053)	Resultado da soma do Débito de R\$ 20.000,00 em 17/06/2020 e do Principal Atualizado até a mesma data no valor de R\$ 508.397,78	528.397,78
054)	Atualização monetária do valor de R\$ 528.397,78 no período de 17/06/2020 até 14/07/2020, utilizando-se o coeficiente 1,00259995, obtido com a divisão do valor do nº índice-IPCA de 3,19674444, vigente em 14/07/2020, pelo valor do nº índice-IPCA de 3,18845463, em vigor em 17/06/2020	529.771,56





# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

## Relatório Consolidado



### ANEXO 01 - DEMONSTRATIVO DE DÉBITO

#### DEMONSTRATIVO DE DÉBITO

(Art. 28 c/c os arts. 24 e 23, III, b da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, 2º e 3º da Lei nº 6.822/80)  
(De acordo com a Decisão 1.122/2000 TCU-Plenário e o Acórdão 1603/2011-Plenário com alterações do Acórdão 1247/2012-Plenário)

055)	Resultado da soma do Débito de R\$ 23.000,00 em 14/07/2020 e do Principal Atualizado até a mesma data no valor de R\$ 529.771,56	552.771,56
056)	Atualização monetária do valor de R\$ 552.771,56 no período de 14/07/2020 até 18/08/2020, utilizando-se o coeficiente 1,00360000, obtido com a divisão do valor do nº índice-IPCA de 3,20825291, vigente em 18/08/2020, pelo valor do nº índice-IPCA de 3,19674444, em vigor em 14/07/2020	554.761,56
057)	Resultado da soma do Débito de R\$ 23.000,00 em 18/08/2020 e do Principal Atualizado até a mesma data no valor de R\$ 554.761,56	577.761,56
058)	Atualização monetária do valor de R\$ 577.761,56 no período de 18/08/2020 até 21/09/2020, utilizando-se o coeficiente 1,00239992, obtido com a divisão do valor do nº índice-IPCA de 3,21595263, vigente em 21/09/2020, pelo valor do nº índice-IPCA de 3,20825291, em vigor em 18/08/2020	579.148,12
059)	Resultado da soma do Débito de R\$ 22.000,00 em 21/09/2020 e do Principal Atualizado até a mesma data no valor de R\$ 579.148,12	601.148,12
060)	Atualização monetária do valor de R\$ 601.148,12 no período de 21/09/2020 até 11/11/2020, utilizando-se o coeficiente 1,01505506, obtido com a divisão do valor do nº índice-IPCA de 3,26436901, vigente em 11/11/2020, pelo valor do nº índice-IPCA de 3,21595263, em vigor em 21/09/2020	610.198,44
061)	Resultado da soma do Débito de R\$ 22.000,00 em 11/11/2020 e do Principal Atualizado até a mesma data no valor de R\$ 610.198,44	632.198,44
062)	Atualização monetária do valor de R\$ 632.198,44 no período de 11/11/2020 até 27/11/2020, utilizando-se o coeficiente 1,00000000, obtido com a divisão do valor do nº índice-IPCA de 3,26436901, vigente em 27/11/2020, pelo valor do nº índice-IPCA de 3,26436901, em vigor em 11/11/2020	632.198,44
063)	Resultado da soma do Débito de R\$ 22.000,00 em 27/11/2020 e do Principal Atualizado até a mesma data no valor de R\$ 632.198,44	654.198,44
064)	Atualização monetária do valor de R\$ 654.198,44 no período de 27/11/2020 até 17/12/2020, utilizando-se o coeficiente 1,00889993, obtido com a divisão do	660.020,75



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

## Relatório Consolidado



### ANEXO 01 - DEMONSTRATIVO DE DÉBITO

#### DEMONSTRATIVO DE DÉBITO

(Art. 28 c/c os arts. 24 e 23, III, b da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, 2º e 3º da Lei nº 6.822/80)

(De acordo com a Decisão 1.122/2000 TCU-Plenário e o Acórdão 1603/2011-Plenário com alterações do Acórdão 1247/2012-Plenário)

	valor do nº índice-IPCA de 3,29342175, vigente em 17/12/2020, pelo valor do nº índice-IPCA de 3,26436901, em vigor em 27/11/2020	
065)	Resultado da soma do Débito de R\$ 22.000,00 em 17/12/2020 e do Principal Atualizado até a mesma data no valor de R\$ 660.020,75	682.020,75
066)	Atualização monetária do valor de R\$ 682.020,75 no período de 17/12/2020 até 23/02/2021, utilizando-se o coeficiente 1,01603377, obtido com a divisão do valor do nº índice-IPCA de 3,34622765, vigente em 23/02/2021, pelo valor do nº índice-IPCA de 3,29342175, em vigor em 17/12/2020	692.956,12
067)	Resultado da soma do Débito de R\$ 22.000,00 em 23/02/2021 e do Principal Atualizado até a mesma data no valor de R\$ 692.956,12	714.956,12
068)	Atualização monetária do valor de R\$ 714.956,12 no período de 23/02/2021 até 14/05/2021, utilizando-se o coeficiente 1,02113569, obtido com a divisão do valor do nº índice-IPCA de 3,41695261, vigente em 14/05/2021, pelo valor do nº índice-IPCA de 3,34622765, em vigor em 23/02/2021	730.067,19
069)	Resultado da soma do Débito de R\$ 23.000,00 em 14/05/2021 e do Principal Atualizado até a mesma data no valor de R\$ 730.067,19	753.067,19
070)	Atualização monetária do valor de R\$ 753.067,19 no período de 14/05/2021 até 22/06/2021, utilizando-se o coeficiente 1,00830007, obtido com a divisão do valor do nº índice-IPCA de 3,44531345, vigente em 22/06/2021, pelo valor do nº índice-IPCA de 3,41695261, em vigor em 14/05/2021	759.317,69
071)	Resultado da soma do Débito de R\$ 23.000,00 em 22/06/2021 e do Principal Atualizado até a mesma data no valor de R\$ 759.317,69	782.317,69
072)	Atualização monetária do valor de R\$ 782.317,69 no período de 22/06/2021 até 19/07/2021, utilizando-se o coeficiente 1,00529993, obtido com a divisão do valor do nº índice-IPCA de 3,46357346, vigente em 19/07/2021, pelo valor do nº índice-IPCA de 3,44531345, em vigor em 22/06/2021	786.463,94
073)	Resultado da soma do Débito de R\$ 23.000,00 em 19/07/2021 e do Principal Atualizado até a mesma data no valor de R\$ 786.463,94	809.463,94



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



## ANEXO 01 - DEMONSTRATIVO DE DÉBITO

### DEMONSTRATIVO DE DÉBITO

(Art. 28 c/c os arts. 24 e 23, III, b da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, 2º e 3º da Lei nº 6.822/80)  
(De acordo com a Decisão 1.122/2000 TCU-Plenário e o Acórdão 1603/2011-Plenário com alterações do Acórdão 1247/2012-Plenário)

074)	Atualização monetária do valor de R\$ 809.463,94 no período de 19/07/2021 até 11/08/2021, utilizando-se o coeficiente 1,00960004, obtido com a divisão do valor do nº índice-IPCA de 3,49682379, vigente em 11/08/2021, pelo valor do nº índice-IPCA de 3,46357346, em vigor em 19/07/2021	817.234,81
075)	Resultado da soma do Débito de R\$ 23.000,00 em 11/08/2021 e do Principal Atualizado até a mesma data no valor de R\$ 817.234,81	840.234,81
076)	Atualização monetária do valor de R\$ 840.234,81 no período de 11/08/2021 até 19/08/2021, utilizando-se o coeficiente 1,00000000, obtido com a divisão do valor do nº índice-IPCA de 3,49682379, vigente em 19/08/2021, pelo valor do nº índice-IPCA de 3,49682379, em vigor em 11/08/2021	840.234,81
077)	Resultado da soma do Débito de R\$ 23.000,00 em 19/08/2021 e do Principal Atualizado até a mesma data no valor de R\$ 840.234,81	863.234,81
078)	Atualização monetária do valor de R\$ 863.234,81 no período de 19/08/2021 até 24/11/2022, utilizando-se o coeficiente 1,10000134, obtido com a divisão do valor do nº índice-IPCA de 3,84651065, vigente em 24/11/2022, pelo valor do nº índice-IPCA de 3,49682379, em vigor em 19/08/2021	949.559,44

### LEGISLAÇÃO

#### LEGISLAÇÃO/COEFICIENTES UTILIZADOS:

- De 02/03/2018 a 24/11/2022 - Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA - Decisão 1.122/2000 TCU - Plenário, de 13/12/2000  
Débitos considerados até 24/11/2022  
Atualização realizada somente até 30/11/2022